

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**GUILHERME LAUTERBACH PALERMO**

**A categoria de “Homem Novo” aplicada pela Frente de Libertação de Moçambique:  
suas expressões nos testemunhos de ex-combatentes da FRELIMO.**

**PORTO ALEGRE**

**2017**

GUILHERME LAUTERBACH PALERMO

**A categoria de “Homem Novo” aplicada pela Frente de Libertação de Moçambique:  
suas expressões nos testemunhos de ex-combatentes da FRELIMO.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
junto ao curso de graduação em História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito parcial para a obtenção do  
título de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo.

PORTO ALEGRE

2017

### CIP - Catalogação na Publicação

Palermo, Guilherme Lauterbach

A categoria de Homem Novo aplicada pela Frente de Libertação de Moçambique: suas expressões nos testemunhos de ex-combatentes da FRELIMO. / Guilherme Lauterbach Palermo. -- 2017.

63 f.

Orientador: José Rivair Macedo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Estado-nação. 2. Homem Novo. 3. Unidade nacional . 4. Moçambicanidade . 5. Testemunho oral. I. Macedo, José Rivair, orient. II. Título.

GUILHERME LAUTERBACH PALERMO

**A categoria de “Homem Novo” aplicada pela Frente de Libertação de Moçambique:  
suas expressões nos testemunhos de ex-combatentes da FRELIMO.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
junto ao curso de graduação em História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito parcial para a obtenção do  
título de licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Rivair Macedo (UFRGS)

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro (UFRGS)

---

Me. Manuel Henriques Matine (PPG de História - UFRGS)

PORTO ALEGRE

2017

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, a pessoa mais forte deste mundo, por ter me dado tudo que pode.

Aos meus avós, José Palermo e Ghislene Palermo por todo auxílio e carinho.

Às minhas irmãs e sobrinhas, por me ajudarem a aguentar as demandas da vida adulta.

Às companheiras e aos companheiros de militância, da UFRGS e de fora dela, por lutarem ao meu lado por uma sociedade mais justa, e me inspirarem a seguir construindo a resistência.

Aos amigos (as) Mariana Krewer, Renata Coutinho, Bernardo Gomes, Lucas Lucena, Amanda Porto, Greice Adriana, Caio Tesdesco, Melina Kleinert, Kellen Silva, Andreia Borba, Eliete Floripo, Alice Toldo, Emerson Flores, Wagner Santos, Frederico Bartz, Paola Magalhães, Manuela Pavoni, Stamatina Banou, Christian Benvenuti; pela parceria durante a graduação, mas principalmente pelas mesas de bar, e apoios na jornada acadêmica. Com vocês as experiências fora de sala de aula foram de constante aprendizado, muito obrigado.

A todos e todas que conviveram durante 52 dias de lutas na Ocupa IFCH – UFRGS.

A gestão do CHIST de 2013-2014, na nossa época do "quinteto fantástico", Mariana Schleder, Liana Ribeiro, Bárbara Hesseln e Antônio D'amore, por todas as atividades subversivas que construíram a luta deste ano, "agindo ativamente no processo de salvar o mundo".

Aos professores (as) Nilton Pereira, Carla Meinerz, Fernando Seffner, Carmem Gil e Caroline Pacievitch, pela dedicação ao PIBID e ao ensino de História.

Ao professor José Rivair, pela dedicação no ensino de África, e o apoio na orientação deste trabalho.

Aos colegas e amigos do PEP: Andressa Malhão, Thaise Mazzei, Isadora Librenza, Amanda Ramos, Gabriella Brasil, João Camara, Deise Freitas, Davi dos Santos; por todas as falas de aberturas, e cafés sem descer o açúcar, obrigado por todo apoio e amizade.

Aos colegas professores (as) do Projeto Educacional Alternativa Cidadã - PEAC, por acreditarem e construírem uma educação cidadã, em especial à Marília Blanco e Liana Ribeiro, pela docência compartilhada, pelo apoio e, sobretudo amizade construída e reconstruída nas lutas diárias.

## RESUMO

Neste trabalho proponho olharmos as relações entre os testemunhos de ex-combatentes da FRELIMO e o projeto de “Homem Novo” gestado nos campos de treinamento da FRELIMO, especificamente a base de treinamento de Nachingwea, localizada na parte sul no território da Tanzânia, país vizinho ao Norte de Moçambique. O “Homem Novo” é desenvolvido através da luta pela independência, com a perspectiva de que o movimento FRELIMO é um dos principais interlocutores do processo, e dos meios empregados para a superação do passado colonial. No primeiro momento faço um panorama dos elementos do colonialismo português (estatuto indigenista, sistema de educação, e o processo de assimilação) observando a dificuldade em formar a união em Moçambique devido a estes impactos do sistema educacional e indigenista do período colonial. Em seguida, discuto o conceito de Estado-nação, em busca de compreender porque se questionam a possibilidade de existência da Nação em Moçambique. Para, baseado nessa análise, procurar as origens da categoria de “Homem-novo” e como este projeto tratava de estabelecer uma identidade Moçambicana enquanto criava os marcos fundadores das narrativas sobre o processo de independência. Por fim, abarco uma análise de cinco testemunhos de ex-combatentes da FRELIMO para observar o processo de interação destas pessoas com o projeto de “Homem Novo”.

Palavras-chave: Estado-nação; Homem Novo; Unidade nacional; Moçambicanidade;  
Testemunho oral.

## **ABSTRACT**

In this work, the author analyses the connections between FRELIMO's ex-combatants' biography testimony and the "Homem Novo" project created at FRELIMO's training camps, particularly at the training base in Nachingwea, placed in south of Tanzania, country that's located in the northern border of Mozambique. The "New Man" project is developed throughout Mozambique's process of independence, within the perspective that FRELIMO's movement is one of the most important interlocutors to the process and one of the ways used to overcome the colonialist background. At first the article provides an overview of the elements of Portuguese colonialism (indigenist statute, education systems and assimilation), describing the difficulties of unification of Mozambique nation due to their impact. Next, the concept of State-nation is discussed, aiming to understand the questions about the possibility of existence of a Mozambique's nation. With this review, the author looks at the origins of the "New Man" category and how this project tried to establish a Mozambican identity while creating the founding milestones of the independence process narrative. Finally, five biography testimonies of FRELIMO ex-combatants are analyzed, with a focus on the interaction process of each one with the "New Man" Project.

Key-words: State-nation; Homem Novo; New Man; Unity nation; Moçambicanidade; Biography Oral Testimony;

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 COLONIALISMO E PROJETOS DE NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>11</b>
1.1 REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO. ....	16
1.2 A DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O ESTADO-NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE .....	19
1.3 EDUARDO MONDLANE – NACIONALISMO E UNIDADE .....	24
<b>2 A CATEGORIA DE “HOMEM NOVO” EM MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>27</b>
2.1 O “HOMEM NOVO” EM FRANTZ FANON E CHE GUEVARA. ....	30
2.2 O “HOMEM NOVO” CONTRA O “TRIBALISMO” .....	33
2.3 CARACTERÍSTICAS DO “HOMEM NOVO”. ....	37
<b>3 TESTEMUNHOS – A PERSPECTIVA DE EX-COMBATENTES .....</b>	<b>43</b>
3.1 O LIVRO DE BIOGRAFIAS: PROTAGONISTAS DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.....	52
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca as análises de relatos de ex-combatentes pela independência de Moçambique, em testemunhos reunidos no livro de Ana Bouene Mussanhane<sup>1</sup> - Protagonistas da Luta de Libertação Nacional, 2012, elaborado a partir de entrevistas de história oral coletadas por ela.

O foco é analisar as perspectivas de ex-combatentes sobre o “Homem Novo” e verificar a correspondência, aproximação e distanciamento das ideias de formação do projeto da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) no que consta nos escritos de Eduardo Mondlane e de Samora Moises Machel. Não busco contrapontos ou reafirmações ao modelo de projeto, mas sim dar suporte a gama de interpretações e formulações que programas de formação nacional assumem em sociedades heterogêneas. Como principal núcleo de problema a ser debatido, busco analisar o conjunto de pressupostos políticos do projeto de poder da FRELIMO na formação de cidadãos moçambicanos na perspectiva de adaptação para uma nova sociedade, ou seja, analisar o “Homem Novo” pelo que ele representa. Verificando em que medida se encontra os elementos desse “Homem Novo” nas memórias dos e das ex-combatentes, busco tratar do ponto de vista de sujeitos que fizeram a luta armada no período.

A pesquisa toma caráter qualitativo, pois busca uma análise da linguagem subjetiva trazida nas narrativas de ex-combatentes baseada nas perspectivas sobre seu papel na luta de libertação nacional, enquanto um projeto de nação, baseado na criação de um "Homem Novo" estava sendo gestado, tendo como molde os próprios (as) guerrilheiros (as).

Esta escolha metodológica se baseia na passagem de cinco pessoas pelos campos de treinamento da FRELIMO, principalmente na base de treinamento de Nachingwea, entre os anos de 1965 e 1971. Neste centro de treinamento os e as combatentes são inseridos na prática revolucionária com a intenção de que suas vivências e experiências passadas sejam confrontadas pela interseção com o conhecimento e luta contra o inimigo. É da busca de romper com o passado colonial e do convívio comunitário com pessoas de regiões diferentes, que se gestará o projeto de “Homem Novo”. Mesmo que alguns casos, como o de Joaquim R. Carvalho, venham a ocupar posições de destaque dentro da FRELIMO, outros (as) terão

---

<sup>1</sup> Ana Bouene Mussanhane é licenciada em história, que teve contato com a luta de libertação nacional devido seu convívio com os combatentes e sessões de trabalho político que tiveram início pós 1974, buscou contato com ex-combatentes para produção do livro. Ana Bouene Mussanhane trabalha como empresária na área financeiro-comercial.

trajetórias menos privilegiadas em relação a acessos e oportunidades, compondo assim a experiência de pessoas que para além dos grandes ícones e líderes, não são enunciadas cotidianamente nos processos históricos.

Os testemunhos de cinco ex-combatentes, como fonte que guiará este trabalho, estão inseridos ao longo dos capítulos. Sendo eles (a):

**Bernardo Moisés Goy-Goy:** Nascido em Cóbùe no dia 15 abril de 1941, no distrito do Lago, Província de Niassa. Iniciou os estudos na Escola de São Baptista de Ngoo, onde começou a mobilização para a luta de libertação de Moçambique. Filiou-se na FRELIMO no dia 25 de maio de 1965, tendo atuado sempre na província do Niassa. [Esteve em Nachingwea em 1966.] (MUSSANHANE, 2012, p.217). Convencionei chamá-lo de Bernardo M. Goy-Goy.

**Joaquim Ribeiro Pereira de Carvalho:** Nasceu em 1944 na cidade de Inhambane, onde cresceu e fez os estudos até a conclusão do curso comercial. Em Lourenço Marques, fez a seção preparatória e com uma bolsa de estudos continuou os estudos em Lisboa no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras em 1963. Integrado na associação dos estudantes, participava em debates onde ganhava mais informações sobre a situação política de Portugal e das colónias. Em 1970, parte para a Suécia, onde foi recebido por Lourenço Mutaca, então representante da FRELIMO. No mesmo ano, vai para Argélia e em 1971, rumo para Dar-es-Salaam [na Tanzânia] onde fica uma semana e parte para Nachingwea. (MUSSANHANE, 2012, p.381) Convencionei chamá-lo de **Joaquim R. Carvalho**.

**Jorge Zaqueu Nhassengo:** Nasceu em 10 de agosto 1944. Natural de Massinga, província de Inhambane, fez parte dos seus estudos no Seminário Maior de Cristo Rei, em Namaacha. Desistindo desta vocação, rumou para a Beira com a intenção de ingressar na Frente de Libertação de Moçambique e, usando a via da Rodésia, chegou à Tanzânia em 1966 [Nachingwea]. Fez os treinos militares em Kongwa, em 1967. Participou do curso de instrutores e foi chefe da redação e censura do jornal 25 de Setembro. Esteve ligado à educação e criação de centros-piloto em Cabo Delgado. É um dos autores de muitas canções entoadas durante a luta de libertação de Moçambique. Faleceu em Pemba, em fevereiro de 2012. (MUSSANHANE, 2012, p.413). Convencionei chamá-lo de **Jorge Z. Nhassengo**.

**Maria de Fátima Muanza Pelembe:** Nasceu em 5 de Junho de 1953, na localidade de Chufombo, em Unkanha, na Marávia (província de Tete). Estudou na Missão do Sagrado

Coração de Jesus d Unkanha até 1968, ano em que começou a luta nesta zona. Em 1970 os guerrilheiros mobilizaram sua irmã para trazê-la para a base. Em 1970 foi para Nachingwea, onde treinou. Coursou enfermagem no Hospital Américo Boavida, em Mtwara. (MUSSANHANE, 2012, p.549). Convencionei chamá-la de **Maria F. M. Pelembe**.

**Marianno de Araújo Matsinha:** Nascido em Tete no dia 29 setembro 1937, onde fez os seus estudos primários, esteve na cidade de Lourenço Marques em 1950 para prosseguir com os estudos secundários, tendo a essa altura pertencido ao NESAM (Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique) e desempenhado a função de segundo-secretário. Seguiu para Portugal graças a uma bolsa de estudos do Estado Português para cursar Engenharia Civil; na metrópole, teve contatos com nacionalistas de outros países. Membro da União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) em 1962, ele ingressou na FRELIMO em 1963, tendo sido chefe do Departamento do Interior (DOI) e representante da FRELIMO na Zâmbia. [Marianno Matsinha, em 1968, estava em Nachingwea] (MUSSANHANE, 2012, p.557). Convencionei chamá-lo de **Marianno Matsinha**.

O livro de Ana Bouene Mussanhane, publicado em 2012, contém ao todo 43 depoimentos. As entrevistas empreendidas pela autora iniciaram no ano de 2001, vindo a terminar provavelmente no ano de 2010<sup>2</sup>, levando alguns dias e horas para determinados (as) entrevistados (as), devido à disponibilidade de tempo. Estes encontros com ex-combatentes seguiram a metodologia de “anotação das narrações sem uso de gravador, e eram feitas de forma individual.” (MUSSANHANE, 2012, p.14-15). As entrevistas foram incluídas no livro em ordem alfabética de acordo com nomes dos entrevistados. A estrutura dos relatos foi organizada seguindo o mesmo padrão para todos os testemunhos: ao iniciar um depoimento, a página do livro começa com a foto e nome dos (as) entrevistados (a) destacados na parte superior da folha; abaixo um breve parágrafo em destaque do corpo do texto, contendo um resumo da trajetória de vida do entrevistado; em seguida estão os relatos em si, narrados em primeira pessoa. Os relatos iniciam descrevendo informações biográficas básicas: nome, local de nascimento, filiação, laços familiares. Após, a vida quando criança, principalmente os estudos, passando rapidamente até a sua visão sobre o conflito. A próxima parte é a mais diversificada, pois depende de onde e quando as coisas anteriores aconteceram. Grande parte

---

<sup>2</sup> Ana Bouene Mussanhane expressa que foi um empreendimento de longo tempo, salientando que os prazos e entrevistas eram afetados diversas vezes. Porém não especifica quanto tempo levou entre 2001 - do início das entrevistas, a publicação em novembro 2012. (MUSSANHANE, 2012, p.9-10)

dos relatos descreve ações de treinamento nas bases, ações de guerrilha e enfrentamento, mas alguns abarcam também relatos de viagem de estudos, interesses religiosos e outras percepções. A autora utiliza subtítulos para demarcar quando os relatos mudam de assunto<sup>3</sup>.

No Brasil contemporâneo, o acesso a fontes históricas e bibliografias sobre o continente africano é limitado. O desenvolvimento dessa pesquisa só foi possível com o acesso de diversos arquivos públicos e privados que passaram a fornecer a consulta online a seus acervos documentais. Aliado a isto vemos surgir, nos últimos anos no Brasil, disciplinas de graduação e pós-graduação com a História da África em suas grades curriculares, que em grande parte serve de incentivo a profusão de trabalhos sobre o tema de pesquisa.

O meu interesse no assunto ampliou ao estudar “história das independências africanas e asiáticas” para lecionar dois períodos em cursinho popular<sup>4</sup> e no Estágio Ensino Fundamental na 8ª série da escola Rafael Pinto Bandeira em Porto Alegre. Percebi desde então a dificuldade de produção da história sobre as sociedades africanas, principalmente o que compete uma perspectiva que retirasse o protagonismo europeu de “descolonização”, e que também não vinculasse extensivamente os eventos a um panorama geral de guerra-fria - ou seja, uma história que traria a independências feitas pelas mãos e arranjos de ideias políticas ensaiadas no bojo dos aspectos exógenos globais, mas não exclusivamente determinada por eles. Posteriormente, passei a pesquisar sobre o cinema moçambicano na formação da identidade e narrativas da independência, as influências das ideias socialistas, e por fim, a ideia de formação de um “Homem Novo” em Moçambique, através das declarações de Eduardo Mondlane, e seu sucessor, Samora Machel. Conversando com meu orientador, avaliamos que existe um grande número de produções que falam sobre o projeto de “Homem Novo”, mas são ainda escassas as produções que elaboram análises sobre a origem deste termo. Valho-me deste conhecimento e procuro contribuir à produção brasileira sobre o continente africano com uma perspectiva de valorização das narrativas históricas da população de Moçambique, bem como problematizar questões referentes a projetos de transformação social vinculado a ideologia do espectro da esquerda, buscando interrogar as formas como podemos hoje buscar as ferramentas para vencer as opressões e construir uma sociedade igualitária.

---

<sup>3</sup> Demais informações sobre a metodologia utilizada pela autora encontram-se a partir da página 51 deste trabalho, onde dedico espaço para uma pequena discussão a cerca da produção com História Oral.

<sup>4</sup> PEAC – Projeto Educacional Alternativa Cidadã. O cursinho pré-vestibular auxilia pessoas em vulnerabilidade socioeconômica a se preparar para provas dos vestibulares das universidades e do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Integro o cursinho desde 2013 lecionando História, como voluntário.

## 1 COLONIALISMO E PROJETOS DE NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

A presença portuguesa tem seu marco por volta do século XVI, através das incursões de feitorias e postos de mercadores na costa de Moçambique. Ao longo de processos ligados a invasão territorial e resistências locais<sup>5</sup>, os portugueses utilizam de artifícios de relações comerciais para mapear o território e ganhar a confiança de algumas comunidades locais, para, posteriormente, reivindicar sua preponderância ou conquistá-las através do poderio armado. A configuração de dominação que procuramos evidenciar neste trabalho data do final do século XIX. É da ânsia imperialista dos países industriais europeus que se estabelecerá o tratado de Berlim de 1884/85, com a finalidade de instigar as disputas territoriais entre as nações imperialistas europeias. É durante os séculos XIX e XX, que a Europa se valerá de duas formas de dominação e legitimação: a ciência moderna, como argumento de superioridade, e sua “missão civilizadora”, pautada em transformar as sociedades autóctones rumo ao “progresso e modernização”. Sendo assim, Portugal direcionará esforços de envio sistemático de colonos para realizar, efetivamente, a invasão do território de Moçambique e demais possessões atribuídas ao seu domínio.

As regiões de Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, serão regiões que estarão interseccionadas pelos aparatos de domínio político de Portugal, mas a ocupação efetiva destas regiões, a exemplo da ocupação britânica ou francesa, se mostrará inviável devido à fragilidade econômica do Estado português<sup>6</sup>. Portugal executará um modelo de administração indireta, que dispõe de um espaço para jurisdição e autonomia para chefes tradicionais. Destas relações iremos identificar, posteriormente, a incorporação dos termos “indígena assimilado” e do “não assimilado”<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> O desafio lançado pelos makua do litoral ao imperialismo português na costa do Moçambique certamente incentivou os makua e os lolo do interior a lançar campanhas semelhantes contra a dominação estrangeira. Mas, nas regiões interiores, foram os maravi, mais do que os portugueses, os responsáveis pela hostilidade dos makua-lolo. Para ver mais sobre resistências: Phiri, K. M. Kalinga, O. J. & Bhila, H. H. K. (Org); *A Zambézia do Norte: a região do Lago Malawi*. In: História geral da África, V: África do século xvi ao xviii. p.744.

<sup>6</sup> A presença portuguesa sempre desempenhou um desafio tanto para a Monarquia (que termina em 1910), quanto para a República (que termina em 1926), mas que terá seu maior empreendimento durante o Estado Novo a partir de 1930: “Portugal de Salazar não tinha os meios para desenvolver a economia: ele reservara a tarefa do investimento as grandes companhias de capital supranacional, especialmente no tocante a exploração mineral.” (DIOP. et al, 2010, p.75)

<sup>7</sup> Sobre a assimilação: “era uma forma de enxergar o universo sociocultural africano a partir de duas noções opostas, porém complementares, caras ao ideário evolucionista: o estado de “selvageria” e a “civilização”. Para tentar encurtar o caminho que une um e outro extremo, será introduzido um longo e indefinido processo de tutela da Metrópole sobre as colônias.” (MACAGNO In: FURTADO; SANSONE, 2014, p.33).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o regime fascista de António de Oliveira Salazar, a frente do Estado português, não assume o compromisso de ceder, paulatinamente, a autonomia da administração daquelas regiões, como estava sendo proposto pela Carta da Organização Nações Unidas (ONU), no que diz respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos. A historiadora Cláudia Castelo afirma: “a ONU passa a considerar o princípio da autodeterminação como um direito humano fundamental, e atribui às potências coloniais a obrigação de prepararem os territórios sob sua administração para a independência”. (CASTELO, 1998, p.49). Para contornar diplomaticamente as questões internacionais de sua dominação colonial, Salazar irá transformar as regiões coloniais em provinciais ultramarinas, sustentando um estatuto de pluriculturalismo, “mas as práticas e as realidades permaneciam intocadas.” (PINTO, 2009, p.453).

O desenvolvimento e incremento do “código indigenista”, chamado oficialmente de *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique 1954*<sup>8</sup> é visto como um instrumento legal, que servia para a segregação dos habitantes das colônias. Também utilizado para estabelecer a forma de “aculturação” dos “nativos” para acesso a “modernidade” de “ser” português. O Estado categorizava os habitantes dentro de um conjunto de leis, conforme a categoria era permitida o acesso a certo nível de ensino nas cidades, ao consumo em determinados estabelecimentos comerciais, e à ocupação de certos postos de trabalho, assim o nativo era categorizado após insistências em aparatos burocráticos que não estavam ao alcance da maioria da população. Considero importante analisarmos o quanto estes sistemas políticos de dominação e subjugação, o colonialismo e imperialismo, estão na essência, e são potencializadores, das desigualdades sociais, inferiorização étnica e racial determinada pelo estatuto indigenista, como também das restrições de acesso a serviços e produtos. Desta maneira, temos o sistema de educação como um dos mecanismos de subjugação, sendo, neste período, um dos limitadores do desenvolvimento da unidade e de uma identidade a ser entendida como moçambicana.

---

<sup>8</sup> Este figura como mecanismo de controle e cooptação para um processo de assimilação com a inserção e promoção de colonização portuguesa através do discurso de território ultramarino português. Tratou-se de uma classificação jurídica que reforçou a distinção e na prática baseia-se na diferenciação entre o negro não assimilado (tribal) e assimilado e entre estes e os brancos portugueses. Baseado nas análises tendo em vista o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique de 1954.

Mas qual o impacto sobre as pessoas? Joaquim R. Carvalho, ex-combatente da FRELIMO, rememora que em Nachingwea<sup>9</sup> “treinei numa companhia (130 pessoas) e que mais de 95% eram de Tete e Niassa, dos quais mais de 90% não falava português e eu não falava nem nyanja nem ajawa. Fui aprendendo algumas palavras, o mínimo para comunicar”. (Joaquim R. Carvalho In: MUSSANHANE, 2012, p.405) O que Joaquim R. de Carvalho expressa, é para além de um sistema precário de ensino protagonizado pelo colonialismo português, mas um elemento que salienta uma estratégia de dificultar as relações entre diferentes regiões do território moçambicano. Ao lembrar-se da língua como limitador de sua compreensão das aulas no centro de treinamento de Nachingwea, Joaquim R. de Carvalho nos demonstra o grau de dificuldade de forjar uma união em um território tão vasto e diverso. Esse é um dos empreendimentos que os guerrilheiros iriam ser incumbidos de desempenhar, conforme se relacionavam com as comunidades ao longo da expansão da zona liberta, interagindo com as populações locais, e com a liderança tradicional já estabelecida. Joaquim R. de Carvalho é exceção, ele teve formas de manter os estudos e só depois da conclusão de seu curso em Lisboa, integra os quadros da FRELIMO.

Portugal empreendeu o sistema educacional de modo a separar “nativos”, de portugueses. Tal sistema era auxiliado pelas leis de categorização indigenistas. Conforme abordado pela historiadora Antoniette Errante no seu livro: *Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar*, publicado em 2000 – Errante apresenta dados de registros escolares e entrevistas que realizou com moçambicanos (as), que tiveram o ensino antes e depois do processo de independência. Nas colônias africanas a educação se pautava em um sistema dual: “escolas rudimentares para os indígenas (mais tarde chamadas “escolas de adaptação”, operadas pelas missões católicas, e escolas oficiais (governamentais) para brancos e negros assimilados.” (ERRANTE, 2000, p.144).

As limitações impostas aos “nativos” seguiam ao longo de todo percurso escolar, poucos chegavam a cursar até a 4º grade curricular. Consoante a estes limitadores educacionais, temos a caracterização do impacto destes sistemas de educação em Moçambique, através da denúncia feita por Adelino Gwambe, líder do movimento União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO). Em seu discurso na CONCP<sup>10</sup> em

---

<sup>9</sup> A região de Nachingwea, quando citada neste trabalho, faz alusão ao campo de treinamento-político militar da FRELIMO, que fica na região sul da Tanzânia. Esta base serviu de sede ao movimento de libertação durante o período da luta por independência de Moçambique.

<sup>10</sup> CONCP: sigla da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas Fundada em 18 de Abril de 1961, em Casablanca, Marrocos. Tendo como primeiro secretário Mario Pinto de Andrade (MPLA),

1961 no Marrocos, diz ele: “Chez nous, le pourcentage d'illettrés et de 99%. Et une loi raciste divise la population en citoyens, qui représentent 1,5% de la population, et indigènes qui constituent tout le reste.<sup>11</sup>”. (CONCP, 1961, p.17) Mesmo antes da união dos movimentos na FRELIMO, a questão da educação já estava entre as prerrogativas denunciadas pelos movimentos de independência.

Portanto, em grande medida a criação do estatuto indigenista e aparatos de limitação à cidadania imposta sobre as populações locais, servirá de mecanismo da ocupação portuguesa. Proporcionando a ampliação do domínio português para além dos setores urbanos, adentrando as comunidades camponesas, criando uma moldura de unidade nacional no território, heterogênea, baseada na diferenciação entre o português e o nativo, que ora é tratado como homogêneo, ora é incentivada suas diferenças regionais-étnicas para controle e negociações. Assim, o impacto nos sujeitos “nativos” vai para além da dominação política. Existirá um grau de dominação psicológica, de manter a submissão das populações locais a uma identidade portuguesa que deveria ser almejada, porém nunca contestada.

A língua portuguesa não está sendo exaltada como a ideal para a estruturação da coesão social, no sentido de todas as regiões ficarem sob um regulamento linguístico comum, mas para analisarmos que se a assimilação era o objetivo que o projeto colonialista buscava protagonizar, vemos na prática como isto não era seguido. Sendo utilizado para reafirmar o discurso de “civilizar” continuamente as regiões sob controle português. As observações de Eduardo Mondlane<sup>12</sup> contidas em *A estrutura social – mitos e fatos*, rumam neste sentido de desvelar os significados do sistema de assimilação. Mondlane parte de identificar o uso destes preceitos humanistas de moral e civilidade usados por Portugal como forma de, o europeu, reivindicar para si a condição de não-racista. Mondlane segue nas análises, descrevendo a realidade social que compunha a Moçambique colonial, expressando como os Europeus buscavam legitimar, no discurso, a dinâmica da tutela deste “nativo” em “assimilação”. Para o autor: “Isto se apresenta da teoria de que todo o habitante do império Português tem a oportunidade de absorver a civilização portuguesa.” (MONDLANE In: SANCHES, 2011, p.311).

---

posteriormente dirigida por Samora Machel (FRELIMO) e um dos principais articuladores para os movimentos luta armada, posteriormente assessor de Samora Machel, o indiano Aquino de Bragança (FRELIMO).

<sup>11</sup> “lá em casa [Moçambique], a porcentagem de analfabetos é de 99%. Uma lei racista divide a população em cidadãos, que compõem 1,5% da população, e nativos que compõem o resto.” (tradução minha).

<sup>12</sup> Eduardo Chivambo Mondlane foi um intelectual, nacionalista africano, e a primeira liderança da FRELIMO de 1962 até seu assassinato em 1969.

Mondlane continua as suas colocações, exaltando que mesmo com a posse de documentos que comprovassem o *status* de assimilado ou de trabalhador: “A situação do assimilado que, embora escape a algumas restrições legais impostas ao indígena, não fica em posição de igualdade em relação aos seus compatriotas brancos.” (MONDLANE In: SANCHES, 2011, p.323). Observo que os mecanismos de divisão das populações, as ferramentas de subjugação potencializadas pelo colonialismo, figurarão de forma central nos discursos pela unidade dos movimentos de libertação nacional. Estes movimentos trazem o conceito de nacional, já expressando a perspectiva da unidade da luta contra o Estado português, e sua própria legitimidade de autogoverno na nação, não por um referendo formal a todas as regiões, mas sim pelo antagonismo ao que era imposto sobre as populações locais.

Nesta mesma vertente de apurar as formas que o colonialismo e o imperialismo assumem em congregar suas características de dominação em cada local que se assentam, temos o texto de Amílcar Lopes Cabral<sup>13</sup> - *Libertação Nacional e Cultura*. Para Cabral “o que é a libertação nacional. [...] A característica principal, [...] é a negação do processo histórico do povo dominado por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas”. (CABRAL In: SANCHES, 2011, p.359). Ele relaciona por um lado a libertação nacional como um processo de insubordinação dos movimentos que buscam a independência, e relaciona a liberdade com o processo produtivo. Por outro lado, ainda delimita que o caráter da luta de libertação é assumir os “contributos positivos da cultura do opressor e de outras culturas, mas [delinear] os caminhos da sua própria.” (CABRAL In: SANCHES, 2011, p.361) Cabral não está buscando, apenas, a revalorização de culturas oprimidas pelo colonizador, mas que no processo de luta por independência, a luta cultural junto ao povo é elemento de libertação.

A experiência do domínio colonial demonstra que, na tentativa de perpetuar a exploração, o colonizador não só cria um perfeito sistema de repressão da vida cultural do povo colonizado, como ainda provoca e desenvolve a alienação cultural de parte da população, quer por meio da pretensa assimilação dos indígenas, quer pela criação de um abismo social entre as elites autóctones e as massas populares. Como resultado desse processo de divisão ou de aprofundamento das divisões no seio da sociedade, sucede que parte considerável da população, especialmente a <pequena burguesa> urbana ou campesina, assimila a mentalidade do colonizador e considera-se

---

<sup>13</sup> Amílcar Lopes Cabral foi fundador do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) - teórico marxista de grande impacto para a luta armada das frentes de libertação na África.

como culturalmente superior ao povo a que pertence, e cujos valores culturais ignora ou despreza. (CABRAL In: SANCHES, 2011, p.363)

É dessas relações de divisão, alienação de sua trajetória de desenvolvimento das forças produtivas e culturais, e de separação das populações regionais, que Moçambique está inserida no contexto de sua luta por independência. A FRELIMO reafirmará a luta através da oposição às diferenças étnico-raciais. Para o combate a falsas pertencas de pluriculturalismo, defenderá um ensino que promova a capacidade das populações em alcançar “Homem Novo<sup>14</sup>”.

É uma das discussões de fôlego abarcar as definições sócio-políticas que traçam os pertencimentos e motivações para a formação de unidade nacional. Portanto reúno algumas observações sobre os conceitos de Estado e Nação, no caso Moçambicano, para futuramente observarmos como se insere estas, nas formulações de Eduardo Mondlane.

## **1.1 REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO ESTADO-NAÇÃO.**

O pressuposto sobre o desenvolvimento do Estado, parte, sobretudo, de análises conceituais baseadas nos processos descritos na história tradicional eurocêntrica. No contexto europeu, é estudado como a construção da nação e o nascimento das nações foram obras de uma elite que passa a almejar controle político. Esta elite para fortalecer seu discurso, insere em suas reivindicações as questões pertinentes a outros grupos sociais, que em determinado momento tem a função de conduzir e referendar o novo regime. Grande parte dos países europeus se moldou através de processos históricos atribuídos as repúblicas, neste processo se forjou e identificou os sentimentos de pertencimento aos Estados Nacionais, exaltando-os, no processo de transformação das monarquias e seus súditos, para a constituição de Estados e seus cidadãos.

No caso africano, temos uma diversidade de fatores que demandam atenção. Na nota de apresentação do livro - *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*, Torgal, Pimenta e Souza (2017), expressam algumas reflexões sobre o conceito de Estado-nação em África. De acordo com os autores, a forma artificial da demarcação de fronteiras, a

---

<sup>14</sup> Projeto de nação e identidade promovido pela FRELIMO, e tema abordado por este trabalho.

separação e/ou conjunção de diversas etnias, culturas e línguas, a não correspondência destes com o espaço das fronteiras demarcadas, além das relações causadas pelo impacto do sistema colonial, são elementos cruciais para iniciar uma observação das comunidades formadas em África.

As formas de identificação do continente africano são apresentadas por Torgal no capítulo “*As Comunidades Imaginadas. Reflexões metodológicas sobre o estudo dos Nacionalismos Africanos*”. Torgal manifesta como o fato da ideia de Nação ter conformidade atrelada ao Estado, é algo recente, e que mesmo na Europa “há Estados importantes que só criaram este conceito na segunda metade do século XIX, como sucede na Alemanha e na Itália.” (TORGAL, 2008, p.236) No continente africano, em sua grande maioria, as demarcações territoriais foram definidas pelo colonizador na partilha do continente, e estas “que deram origem a *Estados-Nações*, formados depressa e em boa parte artificialmente, ou seja, ‘comunidades imaginadas’.” (TORGAL, 2008, p.236) Os grupos que assumem o controle do Estado, seja travando a guerra de libertação nacional, ou por transição do aparato burocrático, como apontou Torgal, “tiveram e têm que, em pouco tempo, constituir uma ‘história’, com seus símbolos, o mapa, a bandeira, o hino, ou seus ‘heróis’.” (TORGAL, 2008, p.236).

O que traz a particularidade para este caso, é a velocidade com que se impõe as articulações entre as diversidades étnicas e culturais, e a constituição das condições para a unidade, evitando fragmentar o território do Estado-nação. O projeto de “Homem Novo” buscava concretizar uma maneira de lidar com o passado colonial, perspectivar um futuro socialista, mas formar através da realidade concreta da época, os mecanismos para este desafio. Torgal expressa a formação deste “*Estado-nação-partido*” como um esforço no sentido de solidificar as estruturas “imaginadas”, frágeis ou precoces, deste início de nação.

Dos anos 1970 para cá, vem-se construindo uma forma de leitura as experiências socialistas de referencial marxista, abrindo caminho para o estabelecimento da história crítica em Moçambique, que privilegia outras formas de narrativa de seu passado e composição da sua história. Porém, entre os debates mais recorrentes da historiografia, colocam-se em disputa os discursos sobre o processo de independência e “legitimidade” da Nação, que diz respeito se ele parte e se constitui de um nacionalismo, ou se é a constituição de uma elite em busca de legitimidade para governar um Estado. Sendo assim, Moçambique não têm, na

constituição da sua nação, as características dos processos europeus. Até a década de 80<sup>15</sup>, a narrativa do processo de independência e formação da nação moçambicana esta diretamente vinculada à luta armada - ou seja, o discurso hegemônico produzido, entretencia a história de Moçambique com a história da FRELIMO.

Assim colocam-se questionamentos aos conceitos de nacionalismo, e de homogeneidade, vinculados a trajetórias dos processos europeus de constituição da Nação. Este conjunto de interpretações compõem as esferas fundamentais que promovem as discussões sobre em que bases de conhecimento se estabelecem os saberes produzidos sobre e a partir de África, no que tange o uso de categorias e conceitos para se enquadrar o mundo (e no mundo), assentadas a partir da modernidade. Para discutirmos as relações e proposições a cerca das formações do Estado-nação em Moçambique, destaco dois autores moçambicanos, Elísio Macamo e Severino Ngoenha, de áreas diferentes de atuação: o primeiro, doutor em Ciências Sociais, o segundo, doutor em Filosofia. Ambos têm uma longa trajetória de produções que os consolida como intelectuais contemporâneos para o cenário moçambicano, e internacional em relação a seus campos de pesquisa.

Na obra *Por uma dimensão moçambicana da consciência histórica* (1992), Ngoenha questiona as bases em que são proposta as metamorfoses de projetos e ideologias para Moçambique, levantando a cortina que nos impossibilitava de olhar por detrás dos axiomas universais elaborados, sobretudo, questionando a forma de explicar o mundo na visão eurocêntrica. Neste ponto, o autor revela preocupação com a maneira de ruptura através do distanciamento e oposição ao outro, além de se mostrar preocupado com os impactos que a guerra civil (1977 a 1992) deixava ao tecido social. Ao levantar a crítica à lógica tradicional, Ngoenha interroga as produções africanas e africanistas sobre as proposições da construção da história de Moçambique, o cerne da obra perpassa “perspectivar a história em função do futuro, para sabermos que tipo de esperança ela permite sonhar, e com que forças reais podem contar para a edificação desse futuro” (Ngoenha, 1992, p.33) Portanto, para Ngoenha, a principal tarefa da filosofia é compor ideias para o futuro. Para isso, ressalta que não se deve basear-se em produções construídas pelo olhar do monopólio europeu ocidental. A leitura desta obra possibilitou enquadrar melhor os conceitos que decidi analisar. Reservo o restante

---

<sup>15</sup> No que tange o esforço de produções acadêmicas: “Os estudos privilegiaram fundamentalmente a perspectiva do materialismo histórico e dialético e principalmente o papel exclusivo da FRELIMO na História de Moçambique, assumindo-se, entretanto formalmente como Partido marxista-leninista no 3º Congresso em 1977”. (GRAÇA, 2005, p.120.)

da discussão da produção deste autor para quando estivermos analisando o que é “Homem Novo” e as questões que se levantam sobre a construção da identidade moçambicana.

A obra de Elísio Macamo<sup>16</sup>, *A nação moçambicana como comunidade de destino* (1996), figura como a promotora dos questionamentos que delimito ao longo deste capítulo. A produção fomentou a complexidade das relações epistemológicas, e do fundamento das ciências sociais em produzir conhecimento científico a partir de África e Moçambique. Para abranger os questionamentos sobre identidade e nação dentro do panorama discutido do processo de modernidade, busquei as relações propostas pela autora Paula Sophia Branco de Lima, na obra: *Moçambique, um lugar de interrogação: uma reflexão sobre (re)produção do conhecimento em contextos periféricos a partir da análise da modernidade nas obras de Elísio Macamo e Severino Ngoenha*, de 2016. Nesta obra, a autora denota como Macamo se apoia em duas correntes principais para definir a modernidade, “uma como delimitação temporal específica da história europeia e a outra que [...] debate acerca das múltiplas realidades criadas a partir do contato de diferentes culturas umas com as outras e com os preceitos modernos.” (LIMA, 2016, p73).

## **1.2 A DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE ESTADO-NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE**

O pesquisador Francês Michel Cahen<sup>17</sup> aborda a formação do Estado-nação a partir da discussão sobre o valor universal de conceitos explicativos. Este produziu uma análise sobre a existência ou não da Nação em Moçambique, discorrendo sobre a possibilidade de o Estado moçambicano ter adquirido “corpo” sem a pré-existência de uma nação, ou de um sentimento nacionalista. O autor Milton Correia, referindo-se a Cahen, expõe: “Para Michel Cahen, Moçambique é um país sem nação, em decorrência da heterogeneidade de nações (referindo-se aos grupos étnicos existentes no país)” (CORREIA, 2015, p.103). Para Cahen, os movimentos nacionalistas, como exemplo o caso da Polônia, demonstram a presença consolidada de uma identidade para a comunidade, antes da existência, e estabelecimento, de um aparato de Estado-nação. Portanto, Cahen tenta identificar um sentido de eventos

<sup>16</sup> É doutor em Sociologia e Antropologia na Universidade de Bayreuth na Alemanha, onde trabalhou como Docente e pesquisador na área de Sociologia do Desenvolvimento.

<sup>17</sup> Michel Cahen é pesquisador do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) no *Centre “Les Afriques dans le Monde”* (“As Áfricas no mundo”), do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Bordeaux, na França.

históricos, que caminhariam de maneira a primeiro, um desenvolvimento de identidade comum, para então, o ritmo desta comunidade botar em marcha o estabelecimento de uma estrutura política. É dentro deste cenário, ao longo de sua análise, que o autor discorre sobre as falsas semelhanças e associações de termos caros ao estudo das ciências humanas, como o caso de Estado, Estado-nação, Anticolonialismo e Nacionalismo. No que tange a afirmação de Michel Cahen, ao apresentar que a nação em Moçambique não se afirma substancialmente se forem analisados os processos históricos, devido à falta de “consciência nacional por parte da larga maioria da população, ou nação como o culminar dum longo processo histórico de justificação das fronteiras coloniais” (MACAMO, 1996, p.358). Macamo elabora uma resposta ao artigo do historiador francês. Macamo argumenta que a nação é um processo, afirmando que: “A nação moçambicana existe, como plebiscito diário, como comunidade imaginada, como projecto moderno”. (MACAMO, 1996, p.364) Confrontando as prerrogativas conceituais de base iluministas utilizadas por Cahen. Macamo cita no debate que as condições econômicas proporcionaram maiores condições para o Estado Francês corresponder à expectativa do povo sobre aquela comunidade, exaltando que o sucesso do aparelho estatal em solucionar questões, com um quadro institucional que satisfaça as necessidades básicas dos cidadãos, determina também a concretização do projeto nacionalista. Macamo argumenta que mesmo Eduardo Mondlane entendia que a “moldura da nação” teria sido obra do colonialismo, e refere-se que “A FRELIMO entendeu-se como coalescente desse sentimento, como instrumento de projecção dessa comunidade imaginada que é hoje Moçambique.” (MACAMO, 1996, p.359). Para além da contribuição ao debate com Cahen, Macamo nos proporciona o entendimento do que ele defende sobre o papel das ciências sócias em pensar o continente africano. Posteriormente é expresso por ele que “as especificidades da sociedade moçambicana ou africana não postulam uma ciência genuinamente africana, mas apenas um maior cuidado na operacionalização dos conceitos” (MACAMO, 2002: 1 apud LIMA, 2016, p.35).

Dentro deste contexto da aferição das relações conceituais do Nacionalismo e estabelecimento do Estado-nação, o historiador Marçal Paredes traz uma citação importante de como o processo pode ser compreendido diferente do que Michel Cahen propôs. Paredes evidencia a perspectiva de Patrick Chabal, colocando que no caso africano, da constituição dos nacionalismos, e a modernização das sociedades, não se deve partir da consigna *Causa – Efeito* aos moldes europeus, “a relação é inversa à europeia: o nacionalismo na África é considerado como o promotor da modernização das sociedades (e não seu resultado, como no

caso europeu.)” (PAREDES, 2014, p.7) Portanto, os movimentos de libertação nacional ao assumirem o Estado, passam ao mesmo tempo a construir a Nação correspondente ao seu projeto. Assim, no contexto pós-independência, cria-se também a história oficial, atrelada à luta armada, retroalimentando a própria estrutura do Estado ou legitimando-o.

Como proposto por Macamo, é necessário exercitar o cuidado na operacionalização dos conceitos. Sendo assim, é possível identificar como a inserção do colonialismo alterou as condições pré-existentes das sociedades, principalmente no que tange a forma complexa de interagir, ou mesmo integrar, cada novo parâmetro social e epistemológico colocado. No caso africano, como propõe o autor, os elementos do nacionalismo promoverão a modernização das estruturas, que, na forma do Estado, se legitima durante os processos de independência. Denotando a diferença da trajetória social que se verifica no contexto europeu, da modernização das relações, ao momento da constituição do Estado-nação.

Observando como a FRELIMO buscou inserir uma pretensa unidade nacional em conjunto com o projeto de Estado-nação, Elísio Macamo não advoga sozinho o entendimento como “processo ainda em andamento”. Pedro Graça discorre sobre essa legitimidade que “ao avançar” do processo de independência, das conquistas da FRELIMO, se legitima o projeto de nação, expressando como estes projetos são colocados em andamento e interferem na formação e ritmo da superação/reformulação dos preceitos do que é esta nação:

A História do facto social que é a *construção da nação* em Moçambique teve o seu início no período colonial e prolonga-se até aos nossos dias, representando a Independência uma nova fase de expansão da identidade cultural e da consciência nacional, na qual a *idéia-força Portugal* foi substituída pela *idéia-força Moçambique*, reformulando-se o discurso político, os símbolos e os valores, os quais passaram a integrar elementos especificamente africanos em maior medida do que no tempo colonial, conferindo deste modo um sentido particular à estruturação da Cultura Moçambicana. (GRAÇA, 2005, p.27).

Ao longo da luta armada promovida pela FRELIMO, e no tramite entre as resistências e interação, vemos os mecanismos de controle social, e de promoção de uma identidade, ora portuguesa de valores europeus, ora revolucionários de formação do “Homem Novo” moçambicano, influenciando na composição social e regional. É neste sentido que o autor Pedro Graça nos remete a uma perspectiva pertinente, ao verificar como é possível atribuir semelhanças à forma de inserção de signos e valores referentes à unidade e nação, de forma

abrangente e em curto prazo, para atender a consigna de uma formação nacional. O autor exalta que o método tem semelhanças aos utilizados pelo colonialismo português.

A ação de um Estado em gerir os meios de propagação e consolidação da nação, não é algo limitado a uma vertente da teoria socialista do espectro da esquerda política, nem mesmo característica proeminente de Estados no continente africano. Vale pensar que esta seja uma equação comum em processos de formação nacional, mas interpretação de cada variável é conjugada conforme o momento histórico, e se constituem através de vínculos as ideologias que lhe fornecem aporte para se estabelecerem, conforme as necessidades de cada projeto, sendo diferente para cada país. Sendo assim, os líderes dos movimentos por libertação compreendiam que a nação moçambicana não iria ser possível aos moldes europeus. Ao longo da luta por independência, ficava claro, que a nação não surgiria pura e simplesmente da diferenciação de “nós” contra o inimigo invasor. Portanto, colocou-se a necessidade de uma ação instrumental do Estado em agir para além da “união contra o inimigo externo”.

As pessoas, no comando do Estado, operam os mecanismos e ferramentas agregadoras que definiriam os parâmetros do que somos “nós” a partir da liberdade, enquanto povo independente, garantindo a ordem social na construção da “nova nação”. Sendo processo nacionalista ou atrelado a interesses de criação de unidade e legitimidade, a realização do projeto de “Homem Novo” irá promover um caminho de hegemonia para a nação em Moçambique. Portanto, neste sentido o Estado não exerce um mecanismo de representação da sociedade, mas sim um instrumento em vias de criar uma representação. A heterogeneidade das relações étnico-regionais de Moçambique, não desaparece devido ao desencadeamento da unificação dos movimentos pela luta armada, como também não some da composição do Estado. Sendo assim, Correia expressa que “foi desagradável, no seio das localidades, sobretudo políticas, pré-existentes no país o estabelecimento de um poder político acima dos locais”. (CORREIA, 2015, p.96) Poderes tradicionais, representariam forças contrárias aos desejos de nação da FRELIMO, desta forma, teriam que incorporar as atribuições de “Homem Novo” para se “enquadrarem” na nova sociedade, ou fariam parte do “inimigo interno” a ser combatido.

Estes elementos remetem ao processo de luta que se estabeleceu ao longo da consolidação da guerrilha da FRELIMO. O Estado não reorganiza as áreas somente pós-independência, mas é a FRELIMO que vai gestando, ao longo de todo processo de libertação

do território, as estruturas que baseiam os mecanismos de administração, já que as localidades precisavam atender as provisões para a guerra de libertação.

Estas relações podem ser observadas pelas memórias de Bernardo Goy-Goy, por exemplo, em seu testemunho expressa, como no período de 1968 ao início de 1970, a área de Niassa passa de zona semi-liberta para zona liberta. Com isso, a FRELIMO pode expandir sua ação nesta região, assim, Bernardo Goy-Goy relata que, nesta época, desenvolveram tarefas importantes, em que a palavra de ordem era *Machambas*:

Foram criados Comitês do Círculo, de localidade, [...] com a seguinte composição: de secretário ou chairman (secretário e seu assistente), chefe de Produção, que dirigia o trabalho agrícola da população, chefe de Abastecimento e Transporte do Material, que tinha a tarefa de aprovisionar alimentação para os guerrilheiros, e chefe das milícias. [...] A ordem de produção aparece devido ao facto de o Niassa ser muito grande e não ter gente suficiente, porque muitas populações fugiram para a Tanzânia e Malawi. Por isso a FRELIMO começou a desencadear a operação da educação cívica que orientava para a necessidade de desenvolver a produção ao invés de fugir. (Bernardo M. Goy-Goy In: MUSSANHANE, 2012, p.222)

Vemos nas memórias do combatente Bernardo M. Goy-Goy como a FRELIMO, ao organizar a gestão das zonas libertas, procurava atender o mais prontamente possível as capacidades de produção da região. Isto remete ao que foi observado anteriormente: a premissa de consolidar uma unidade, e a perseguição ao divergente. Além disso, vemos como o movimento de libertação nacional assume o papel de, no andamento da luta armada, já desenvolver nas populações as reflexões sobre o conceito de pátria.

Com a educação cívica, se orientava as comunidades para a necessidade de não sair de Moçambique, na premissa de fazer com que as pessoas se enxergassem como membros da sociedade moçambicana - construtores e construtoras dessa localidade, da região, do distrito - e também promotoras dessas transformações, tendo nos combatentes um exemplo a seguir. Vimos como o colonialismo, já inserido nas discussões do capítulo anterior, exerceu sua forma de subjugação dos indivíduos e de sua coletividade, interferindo também, até hoje, nas discussões acerca da legitimidade das estruturas formadas no processo de independência. Proponho iniciarmos a análise de como a unidade, frente a esse sistema divisionista, marcará o argumento central ao longo da luta por independência, e colocará o colonialismo e seus vícios como o passado que precisava ser superado para o nascimento da nova nação.

### 1.3 EDUARDO CHIVAMBO MONDLANE – NACIONALISMO E UNIDADE

Devido ao avanço da luta de guerrilha protagonizado pela Frente de Libertação, surgem discussões sobre os projetos ligados ao estabelecimento do Estado-nação em Moçambique. São questionamentos sobre quando seria o “primórdio” da unidade, e a estrutura de Estado-nação e em que bases se fundamentariam o nacionalismo. Em busca dessas respostas, intelectuais vinculados aos movimentos de luta de libertação elaboram análises que, em alguns casos, projetam forças de resistências a períodos anteriores e concomitantes à interferência dos portugueses. Um dos principais intelectuais da FRELIMO é Eduardo Chivambo Mondlane. Valho-me das palavras de Amílcar Cabral para analisar o perfil resumido deste líder da FRELIMO:

Eduardo Chivambo Mondlane, homem africano originário de um meio rural, filho de camponeses e de um chefe tribal, criança educada por missionários, aluno negro das escolas brancas do Moçambique colonial, estudante universitário na racista África do Sul, auxiliado na juventude por uma fundação americana, bolseiro de uma universidade dos Estados Unidos, doutor pela Northwestern University, alto funcionário das Nações Unidas, Professor na Universidade de Siracusa, presidente da Frente de Libertação de Moçambique, caído como combatente pela liberdade do seu povo. (CABRAL In: SANCHES, 2011, p.356)

Mondlane teve acesso a várias oportunidades das quais tirou experiência para lutar pela independência de Moçambique. Sobre a formação no centro do império português, Mondlane teve uma curta passagem na Casa dos Estudantes do Império<sup>18</sup> (CEI), apenas de Junho de 1950 a Junho de 1951, durante a espera da bolsa de estudos nos Estados Unidos da América. Na CEI faz contato com outros estudantes, e futuros intelectuais, que a partir disto, articularam seus pensamentos e suas atuações políticas nas lutas por independência. Este grupo direcionou seus esforços para a promoção da literatura, história, cultura e formação dos movimentos de independência, que tinham em comum, a afirmação e promoção das condições de liberdade do povo africano. A interação entre esta *rede de intelectuais* se dava entre os movimentos de luta pela libertação em África. Podemos destacar deste conjunto de

---

<sup>18</sup> A CEI serviu de referência de partida das ligações entre as futuras lideranças dos movimentos de independência em África. “A Casa dos Estudantes do Império (CEI), criada pelo governo português em 1944 para dar amparo aos *assimilados* que pretendiam dar continuidade aos estudos universitários em Lisboa, e a estes são concedidas diversas bolsas de estudos na expectativa de que, posteriormente, fossem integrados como funcionários do governo colonial.” (BORGES, 2017, p.76)

peças que passam pela C.E.I., o Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, entre outros.

Ao acessar as produções desta liderança, destaco, o texto de Eduardo Mondlane intitulado *O desenvolvimento do Nacionalismo em Moçambique (1964)*. Aqui, Mondlane traz como base da unidade nacional a experiência comum de capitulação das estruturas políticas tradicionais sob o jugo colonialista português. Para se referir ao Nacionalismo ele conjuga fatores como força, liberdade e prosperidade: “Por nacionalismo entendo - uma tomada de consciência por parte de indivíduos ou grupos de indivíduos numa nação ou de um desejo de desenvolver a força, a liberdade ou a prosperidade dessa nação”. (MONDLANE In: BRAGANÇA e WALLERSTEIN, 1978, p.33) Sendo assim, para Mondlane, a nação moçambicana existe a partir do momento que é necessária as articulações para reação ao colonialismo, do enfrentamento ao *Outro*. Portanto, em uma perspectiva de longa duração, Mondlane assume que o processo inicial da nação em Moçambique, foi fruto do colonialismo europeu, e reafirma suas colocações, ao apresentar como Moçambique foi subjugada pela ação dos portugueses. Ele destaca que “se deveu principalmente à falta de uma força política coesa que se lhe opusesse. [...] Foi esta a forma como a guerra contra o último dos impérios tradicionais moçambicanos, o Império de Gaza”. (MONDLANE In: BRAGANÇA e WALLERSTEIN, 1978, p.39) Mondlane refere-se ao confronto de 1895, em que tropas portuguesas derrotaram um dos principais focos de resistência na região, o Império de Gaza<sup>19</sup>; nos anos que se seguiram “[os portugueses] consolidaram ‘o direito’ para a efetiva colonização da região por enviados de Portugal”. (CABAÇO, 2007, p.81-82)

Em conflito com estas perspectivas, o autor Borges Graça (2005) aponta que “à efectiva acção colonial portuguesa não havia nenhuma espécie de unidade nacional, nem mesmo embrionária, que abrangesse a totalidade do território ou sequer uma parte significativa do mesmo.”. (GRAÇA, 2005, p.26) Portanto, para o autor, os trabalhos que trazem a resistência do império de Gaza ao colonialismo Português não estão a tratar de uma representação de unidade territorial, mas configuram como um exemplo significativo dos casos de domínio por “um grupo etno-linguístico relativamente a outros, sobre os quais era exercido então um poder político administrativo”. (GRAÇA, 2005, p.26)

---

<sup>19</sup> “O Estado gaza sofreu também levantamentos populares dos súditos tonga e chopi, dentre os quais alguns chegaram a se aliar aos portugueses para tentar adquirir sua independência.” (ISAACMAN, 2010, p.243)

Constato que as proposições de nacionalismo e de nação trazidas por Eduardo Mondlane não são isentas de suas intenções políticas para a Nação, pois ele está reafirmando um longo processo de lutas de ancestrais contra os portugueses, e ao mesmo tempo consagrando as investidas da FRELIMO como uma geração que busca a conquista da independência e a formação da unidade nacional. Mondlane, ao invocar a liberdade, relaciona-a com a prosperidade - em sua ideia, através da união seria possível vencer as condições impostas pelo colonialismo. Com isso, Eduardo Mondlane assume a perspectiva em torno do projeto de prosperidade baseado na modernização das estruturas do Estado e da sociedade moçambicana. O Estado que se quer erigir teria assim reconhecimento das suas propostas de formação nacional, utilizando da própria demarcação territorial imposta, resignificada devido às resistências, como legado das lutas de ancestrais. Este processo culminaria na nação unificada pela FRELIMO, e esta seria a nação moçambicana independente.

Mondlane descrevia a tomada de consciência de um grupo de indivíduos em favor da construção da unidade como a ação de forças e resistências a uma opressão. Nos campos de treinamento da FRELIMO, esses indivíduos se encontraram para construção dessa unidade de resistência.

Vamos imaginar um grupo de pessoas de diversas regiões, cada uma com seus anseios específicos: uma motivação inicial gerada das suas experiências, um elo com suas tradições e religiosidades, uma forma de compreender a exploração do trabalho nas propriedades agrícolas (*machambas*), nas minas da África do sul, e também nas cidades. O que estas pessoas, ao conviverem, observariam em comum, para vir a nascer delas os aspectos desencadeadores de seu sentimento de unidade e pertencimento? Joaquim R. Carvalho, ao narrar suas experiências no campo de treinamento de Nachingwea, explica:

Os chineses promoviam palestras/debates na parte política com temas como, por exemplo: a “**Narração do Sofrimento**”, com base naquilo que eles desenvolveram na sua luta. Eles levavam cada um de nós a contar a sua história e a dizer porque é que estávamos ali, que era para compreendermos que o inimigo era comum. Era preciso que todos soubéssemos porque é que cada um de nós estava ali (Joaquim R. Carvalho In: Mussanhane, 2012, p.405. grifo nosso)

A “Narração do sofrimento” aparece como elo da unidade na memória de ex-combatentes. Este termo em específico não é citado por todos, mas é expresso, por exemplo,

como o sofrimento comum do passado colonial une a nação. Assim, as formas de inferiorização que eram aplicadas aos moçambicanos, foram combustível para movê-los contra o sistema colonial, os conduzindo a entrelaçarem suas experiências e colocarem suas vidas em risco em nome de uma causa que libertaria a todos deste sofrimento. Esta é uma estratégia do movimento FRELIMO: a partir desta narrativa dos eventos, usar o molde de nação que o sistema colonial formou de forma construtiva, ressignificando a delimitação de suas fronteiras impostas para fronteiras que pertence a todos (as) moçambicanos (as).

## 2 A CATEGORIA DE “HOMEM NOVO” EM MOÇAMBIQUE

Em primeiro lugar, considero importante interpretarmos o “Homem Novo” como uma categoria que assume um significado de renovação para, principalmente, as estruturas sociais e econômicas dos locais em que foi aplicada. Esta categoria, diferente de um conceito descritivo fechado de significado autoexplicativo, tem um conjunto de expressões políticas que formam o contexto em que é intitulada para representar um projeto a ser aplicado.

Para a pesquisa sobre as origens do termo e sobre suas implicações para a formação da unidade moçambicana, elenco neste capítulo diversos autores que evidenciaram pontos concernentes ao projeto de “Homem Novo” e pesquisas que salientaram como este tipo de projeto desempenha um processo dinamizador da identidade e cultura da nação.

Tomei como ponto de partida desta investigação da categoria de “Homem Novo”, a Tese de doutorado em Ciências Sociais de Egor Vascos Borges, intitulada *A polícia e a construção do homem-novo na formação do estado-nação em Moçambique (1975-1990)*. Nesta obra o autor aborda o processo de constituição do Estado-Nação e do projeto de “Homem Novo”, aprofundando as relações de coerção protagonizadas pelas forças do Estado através da polícia. Em síntese, a obra de Egor analisa “A busca pelo sujeito ‘homem novo’, que passaria a compor a unidade homogênea que sustentaria a identidade nacional na formação do Estado-nação em Moçambique, torna recorrente o uso da violência pelas instituições estatais.” (BORGES, 2017, p.18).

Do contato com o trabalho de Egor Vascos Borges, verifica-se que a categoria de “Homem Novo” vem sendo, a priori, utilizada no sentido de formação de novos cidadãos, tendo sua primeira maior expressão no iluminismo. Esta categoria compreende também os

elementos de transformações que inferem o âmbito de constituição do tecido social<sup>20</sup>. Usada como referencia por Egor Borges, a autora Carlota Boto informa que a expressão “Homem Novo” já circula nos escritos de inspiração da revolução Francesa. Nos textos de filósofos iluministas, o “Homem Novo” é apresentado na ligação da passagem da sociedade baseada no princípio de seres submetidos como súditos de um rei, para uma sociedade formada por cidadãos de diferentes condições e prestígios sociais, abarcados na construção de ícones nacionais e estabelecimento das repúblicas burguesas. Boto pesquisa, dentro do contexto de pós-revolução, as formas que os iluministas pensaram os princípios que norteariam a “regeneração do Estado-nação Francês para um novo tempo em que a democracia e os direitos do povo fossem os pilares de sua sustentação.”. (BOTO, 1996, p.69)

Fica demarcada a ideia de que o “Homem Novo” viria da eliminação dos vestígios do antigo regime, e que os condicionantes que formariam o “Homem Novo” viriam pela escola. A escola, enquanto instituição agenciada pelo Estado da revolução, passa a ser tomada como veículo propulsor da “regeneração” dos sujeitos.

No caso moçambicano não será diferente. Egor Borges, e demais autores, identificam que a escola é a instituição que estará encarregada deste processo de construção do “Homem Novo”, como um elemento comum de processos revolucionários que se baseiam na ideia utópica de gerar novos seres pela eliminação de características da “velha sociedade” que o permeavam anteriormente. Diz Borges: “A revolução francesa e a moçambicana pretenderam ambas instituir suas pedagogias baseadas em processos de conversão do Estado e dos cidadãos. O homem novo seria então o indivíduo alfabetizado, livre, emancipado.” (BORGES, 2017, p.78 -79).

O principal ponto de modificação do significado da categoria de “Homem Novo” dar-se-à ao longo do processo das transformações trazidas pelas revoluções na Rússia. A partir de 1917, na revolução de outubro, os membros no Partido Bolchevique irão ampliar as discussões, esforços, e apoio para as lutas de independência, principalmente para os países sob o jugo colonial, dentro de uma perspectiva de expandir as ideias de sociedade socialista. Isso estará presente na constituição de Partidos Comunistas (PC's), seguindo as orientações Marxista-Leninistas.

No processo de formulação do “Homem Novo” soviético, o partido bolchevique acreditava no ensino voltado à promoção do coletivismo e às relações de produção. Porém o

---

<sup>20</sup> Pertencimentos e ligações culturais moldados pela narrativa da superação das diferenças, com projeção de uma nação futura, de construção homogênea para composição deste tecido social.

“Homem Novo” soviético não estava condicionado a nascer para construir o socialismo: ele viria a ser o produto destas transformações. Para efetivar essa transformação - que no caso seria a passagem dos meios de produção do modelo capitalista para o socialismo, durante o processo de expropriação rumo à sociedade comunista - os esforços soviéticos voltaram-se para a eliminação das grandes propriedades privadas do campo. Desta forma, criaram o seu “inimigo interno”, a exemplo do que foi intitulada, pelos opositores do regime socialista, como política de “descossauização” do território. Ao longo deste processo, vemos a criação de regiões de produção e de trabalho voltadas para reeducação destes sujeitos, que precisariam “se purificar” para adentrar na nova realidade socialista. Em paralelo a “descossauização” vemos ser erigida a criação de zonas de trabalho (*Gulags*) como instrumento desta ideia.

Outro exemplo de processo formador de uma sociedade nova com “Homem Novo” em seu ideal é protagonizado pelo Partido Comunista Chinês, após 1949. A promoção do “Grande salto para frente”, realizado ao final da década de 1950, é exemplo de um conjunto de medidas econômicas que partia da base de transformação da propriedade da terra, e traria mudanças que visavam à reorganização e empenho acelerado na produção do campo, mobilizando contingente de pessoas para o trabalho, na busca de estabilidade econômica para proporcionar melhorias sociais.

O projeto, tendo fracassado no principal objetivo, serviu para formar uma parcela de proletariados em torno do partido e agremiações sindicais. O PC chinês empregou um projeto de nação que buscava eliminar as tradições, as relações burguesas, e as expressões que remetiam a dominação estrangeira no país. Com a Revolução Cultural, a educação sofreu suas principais modificações, que podem ser analisadas através das “diretivas do Partido e as ideias de Mao Zedong: o primeiro era a necessidade de transformar a educação eliminando a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual - o novo homem deveria ser trabalhador e intelectual” (REZZAGHI, 2009, p.4).

Os processos de conscientização e promoção de educação ideológica seguiram um longo percurso desde a formação da luta camponesa pela revolução, até a tentativa de desburocratização do PC chinês empregada por Mao Tsé-Tung. O que guia a Revolução Cultural são as propostas do comitê central do PC chinês, apresentadas na resolução dos *16 pontos*. O documento estabeleceu que: “a revolução tinha como objetivo identificar e destituir os elementos que seguiam a ‘linha capitalista’ e aqueles que difundissem a ideologia burguesa na academia e na cultura”. (SANTANA, 2009, p.123) Assim, expresso uma semelhança destes com os campos de reeducação da FRELIMO empregados pós 1975, no tocante de

ambos reafirmarem o método do contato prático do trabalho como gerador de um “Homem Novo”.

O pesquisador Guilherme Basílio, doutor em educação pela Universidade Pedagógica de Moçambique, ao lidar com os documentos oficiais e discursos da FRELIMO, expressou no artigo, *Samora Machel: O princípio do Homem Novo e seus significados*, a introdução desta categoria vinculada ao alinhamento político do espectro da esquerda socialista do período, sendo assim:

a categoria do *Homem Novo* é extraída do marxismo-leninismo e significava militante determinado com uma nova mentalidade, um homem guiado por ideais revolucionários, consciente das suas capacidades e na sua força transformadora do trabalho. Homem livre de todas as tentativas viciosas, livre de concepções supersticiosas e subjectivas. (BASÍLIO, 2011, p.3).

Portanto, vemos que após a revolução russa, e as modificações ao longo do século XX, e no desenvolvimento dos campos científicos, as relações sociais e filosóficas vão estar entrelaçadas as transformações das bases materiais. Com a expansão das ideias socialistas, vemos outras perspectivas teóricas em torno de projetos de nação, algumas que acompanham os princípios filosóficos do iluminismo, mas divergem em certos pontos e medidas. Um exemplo disto é em relação ao direcionamento para qual classe social o advento do Estado-moderno deveria trazer garantias. Esta perspectiva está presente na produção na América latina, em específico no autor Argentino Anibal Ponce, que trabalhou a ideia de um “Homem total” na obra *Humanismo Burguês Humanismo Proletário*, de 1938. Ponce procurou confrontar as práticas iluministas da sociedade “modernizante” com as reivindicações das classes sociais desprivilegiadas, ou seja, o espectro filosófico da sociedade burguesa na América. Sendo assim, a categoria “Homem Novo” orbita os momentos de ruptura com um passado, e tem ligação pelos escritos de pensadores e atividades das ideias socialistas.

## **2.1 O “HOMEM NOVO” EM FRANTZ FANON E CHE GUEVARA**

Ao longo da pesquisa sobre a categoria, encontrei citações que faziam referência sobre a “cunhagem” do termo “Homem Novo” ser do guerrilheiro argentino Ernesto Che Guevara. Diversos trabalhos acadêmicos e livros publicados em torno da teoria marxista partem do pressuposto de que o “Homem Novo” foi tema abordado por Ernesto Che Guevara no ano de 1965, em seu escrito intitulado “*O Homem Novo em Cuba*”. No texto, Guevara expressa como o novo sujeito nasceria da aliança entre as transformações econômicas com os esforços para

transformação social e cultural. Ao ler o livro *O pensamento de Che Guevara* (2012), do autor francês Michael Löwy, foi possível perceber como era consoante a ideia que Che Guevara criara o termo “Homem Novo”. Porém, ao final do livro, Michael Löwy lista um conjunto de autores que serviram de base de estudos para Che Guevara formar-se ideológica-politicamente. Nesta lista consta que Guevara havia lido *Condenados da Terra*, de Frantz Fanon, e conforme Löwy: “Che tinha projetado, em 1965, escrever uma introdução à obra de Fanon, a qual mandou publicar em Cuba” (LÖWY, 2012, p.142). Na abertura do texto de 1965 *O Homem Novo em Cuba*, Guevara ressalta que está terminando suas anotações no retorno de sua viagem a África. É característico de este guerrilheiro manter anotações em forma de diário, e pouco se tem das referências explícitas de onde e quanto tais ideias e autores foram inspiração para a elaboração de escritos sobre o tema nas suas obras.

Sendo assim, por mais que Ernesto Che Guevara tenha elaborado a análise das transformações que o socialismo deve promover, na formação das pessoas no processo revolucionário, sustento que suas perspectivas teóricas sobre o conflito interno dos indivíduos agentes e sujeitos da revolução, foram inseridas contemporaneamente a seu contato com a obra de Frantz Fanon<sup>21</sup> e possivelmente baseadas nas teorias de independência do continente africano. Através do artigo de Jason Sumich<sup>22</sup> *Ideologias de Modernidade da Elite Moçambicana* (2008), observei a ligação do “Homem Novo”, da teoria de Fanon, com a prática dos movimentos de libertação. Em um parágrafo do texto, Sumich apresenta a ideia trazida por Frantz Fanon: que “Homem Novo” se sustenta através da luta armada, como a forma prática que o movimento FRELIMO iria adotar nos campos de treinamento.

FRELIMO esperava que uma experiência partilhada de opressão colonial pudesse criar a base para um sentimento de cidadania comum (Mondlane, 1969; Pitcher, 2002). Como nas teorias de Frantz Fanon, pensava-se também que a participação na luta de libertação e o combate ao jugo colonial através de actos de violência «purificadora» pudessem ajudar a criar um homem novo. (SUMICH, 2008, p.328)

Sumich resume o que seria o processo de identificar-se com os e as demais combatentes e através da “narração do sofrimento”: lapidar os sentimentos pela independência e unidade. Frantz Fanon em *Os condenados da terra* aprofunda estas relações psicológicas da identidade do sujeito impossibilitado de exercer uma representação de si. De forma geral, sua

<sup>21</sup> Frantz Fanon, afrodescendente nascido na Martinica, naturalizou-se argelino e teve uma ampla participação na Frente de Libertação Argelina.

<sup>22</sup> Jason Sumich é pesquisador dedica-se ao estudo de assuntos africanos, PHD em antropologia social pela universidade de Londres, Mestre em antropologia cultural pela universidade de Cape Town.

análise está inserida na ideia de que, na sociedade colonialista, o nativo vivia uma condição restrita que o impedia de ter representação para além da inferioridade ao europeu. Estas restrições se expressavam tanto na supressão das religiões e tradições locais, saberes tradicionais, quanto no caso das escolas e do ensino. Fanon reitera: “[...] a libertação total diz respeito a todos os setores da personalidade”. Nessa ótica, ganhar a liberdade significaria “combater e destruir o inimigo física (militarmente) e mentalmente.” (BORGES, 2017, p.81).

Ainda na obra *Os condenados da Terra*, no capítulo 4 - *Sobre a Cultura Nacional*, Fanon apresenta uma análise sobre a aculturação das elites e intelectuais africanos, o uso dos espaços e língua do colonizador, a dialética entre colonizado e colonizador, e o processo de realimentação epistemológica na existência de um em conformidade ao outro. Assim, como dito por Fanon, se evidencia que a luta de libertação só viria do enfrentamento armado contra o colonialista, pois as interações de outros signos retroalimentariam a dependência e carência de uma representação autônoma de identidade.

Parte da teoria revolucionária dos movimentos de independência buscou inspiração nestas perspectivas, portanto Fanon serve de base para as ideias gestadas nas futuras nações. As reivindicações dos movimentos de libertação nacional ressoavam em diversos locais do continente. Neste contexto, as *redes de intelectuais*, em torno do ideário de esquerda, vão buscar compartilhar suas experiências. A Argélia figura como a precursora das lutas por liberdade, ao enfrentar o domínio colonial francês e conquistar a independência em 1962. Desde então, a Frente de Libertação Argelina serviu de exemplo para outros movimentos, e a cidade de Argel, abriu as portas para todos que lutavam pela libertação dos países africanos, desde membros de partidos socialistas, portugueses que combatiam a ditadura de Antonio Salazar - e buscavam em Argel uma forma de protagonizar suas estratégias contra o Estado Novo Português, e principalmente, para os movimentos libertação nacional de diversos países africanos que buscavam auxílio e infraestrutura. Assim, a Argélia ajudou ativamente movimentos e revolucionários anti-coloniais de todo o mundo. Argel está inserida nas memórias de Joaquim R. Carvalho. O ex-combatente recorda que, em finais de 1970, aguardava em Argel os documentos pra ir para Tanzânia; diz ele: “Argélia desempenhava um papel muito importante no apoio aos movimentos de libertação de África e não só; em Argel viviam muitos exilados políticos africanos [...] Dentro das comunidades da Língua Portuguesa a maioria eram angolanos”. (Joaquim R. Carvalho In: MUSSANHANE, 2012, p.402) Foi em Argel que muitas outras pessoas puderam entrar em contato com técnicas de guerrilha, estudos de armamentos e fortificações de bases, além de formarem as *redes de intelectuais*

contra a opressão colonial e o imperialismo, assim difundindo as preposições em torno do ideário de uma nova sociedade e de um “Homem Novo” - tanto que Amílcar Cabral, qualificara o país como a "Meca dos revolucionários". (ALGER, 2016, 56min)

## 2.2 O “HOMEM NOVO” CONTRA O “TRIBALISMO”

A amplitude que a categoria “Homem Novo” pode abarcar é o que carrega seu significado mais explícito: o processo de refazer, remoldar. Sua utilização ao longo do tempo esta ligada invariavelmente aos momentos de ruptura histórica, em que se almeja a quebra de um padrão, ou de diversos paradigmas. Pode-se interpretar que seu objetivo e finalidade prática resumem-se em fundar novas bases para edificar um ser novo. O que percebemos é que não se concretizam por si só todas as atribuições, sendo necessário reinserir valores, normas, “inimigos” a serem combatidos, e dogmas a serem questionados.

A forma adotada pela FRELIMO para sustentar seu projeto foi o combate ao analfabetismo, incumbindo ao ensino um papel dinamizador na sociedade. Isto fica evidente quando analisamos o discurso de Samora Machel - “Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria”, pronunciado em 1973, na segunda conferência do Departamento de Educação e Cultura (DEC). Ao abordar os desafios que precisavam ser enfrentados, Samora Machel constrói a explicação em quatro momentos: Primeiramente, indicar alguma característica que, para a FRELIMO, limitava as possibilidades de concretizar o projeto de poder; em segundo lugar, apontar uma ou mais formas de superar a condição, baseando-se em experiências ao longo da luta; em seguida, atribuir um significado de “inimigo” a ser combatido como dever do “Homem Novo”; e por último, pronunciar as frases que figuram como slogans do projeto.

Por exemplo, no início do texto de seu pronunciamento do DEC, Machel elabora análise sobre as características do Ensino Tradicional, “tem por objetivo integrar a juventude nas ideias velhas, destruir-lhe a iniciativa. Tudo o que é novo, diferente e estrangeiro, é combatido em nome da tradição.”. (MACHEL, 1978, p.9) Na nomeação do problema, Machel cita como a educação com base na superstição ocupa o lugar que é da ciência. Exemplifica que: “na dura batalha que tivemos que travar contra os elementos reacionários, compreendemos de uma maneira mais clara os nossos objectivos [...] que a luta pela criação de novas estruturas fracassaria sem a criação de uma nova mentalidade”. (MACHEL, 1978,

p.11) Neste ponto é de fácil compreensão que o “Homem Novo” é a nova mentalidade, e que ela é necessária para combater esse inimigo já enunciado (a educação com superstição).

Por fim, utiliza o *slogan*, que serve como tática de tornar as metas algo de fácil inserção documentos, pronunciamentos, e debates entre próprios combatentes: “Para implantar as bases de uma economia próspera e avançada é necessário que a ciência vença a superstição. Unir todos os moçambicanos para além das tradições e línguas diversas, requer que na nossa consciência morra a tribo para que nasça a nação.”. (MACHEL, 1978, p.11) Finalizando o discurso do DEC, Machel coloca: “No campo da educação, o combate principal deve, pois, estar orientado contra o analfabetismo e o obscurantismo [...] sem o conhecimento do mal introduzido pelo obscurantismo nada as levará a lutarem contra ele.” (MACHEL, 1978, p.18-19).

Os elementos que compõe o “Homem Novo” são baseados na superação de condições anteriores, ou seja, as disputas étnico-regionais e as culturas tradicionais vistas como “obscurantismo tribal” são os fatores que irão figurar como condições a serem superadas. São vistas como empecilho de uma administração eficiente e robusta para um país independente. Basílio sintetiza a perspectiva na ótica de Samora Machel: “Homem Novo estava impregnada na construção de uma sociedade onde as noções de unidade e identidade se cruzariam [...] O Homem Novo significava, para Samora, a moçambicanidade. (BASÍLIO, 2011, p.2).

Uma das inspirações de Basílio foram as observações trazidas por Ngoenha. Para este, a concepção de identidade moçambicana “foi concebida numa perspectiva voltada à construção do Homem novo, do novo poder e de nova nação.[...] a moçambicanidade como projeto político ‘nasce como negação dos moçambicanos em continuarem a ser uma província portuguesa’.” (NGOENHA, 1998, p.20 apud BASÍLIO, 2010, p.176). Baseado no que foi colocado, fica evidente que se esperava do “Homem Novo” a reformulação de seus pressupostos vinculados nas dinâmicas de tradição *versus* modernidade, misticismo *versus* ciência, e “tribo” *versus* nação. Assim este assumia o conjunto de identificações, símbolos e referências baseados nos atributos esperados da nova sociedade, integrando elementos que formariam a *moçambicanidade*<sup>23</sup>.

Estas expressões e posicionamentos são característicos ao momento de alinhamento com projetos socialistas, pois a partir de 1973, a FRELIMO assume um determinado vínculo com ideias Marxistas-leninistas das correntes ideológicas do período da guerra fria. O DEC, sendo uma das estruturas do Estado que compõe as forças da FRELIMO para gerência das

---

<sup>23</sup> “O conceito vincula-se ao processo de partilha de signos e valores de identidade coletiva sediados em escala nacional, por um lado, e legitimados jurídico-politicamente pelo Estado, por outro.” (PAREDES, 2014, p.7).

áreas libertas, elabora um conjunto de referências pedagógicas para compor o sistema de ensino nas escolas. Estas deveriam preparar os (as) moçambicanos (as) para viverem conscientes de suas atribuições produtivas e sociais para o conjunto do país, no intuito de instrumentalizar as pessoas em torno das ideias e relações colocadas pelo projeto de nação socialista.

Severino Ngoenha, ao abordar as propostas da educação que tratam de libertar o moçambicano da exploração, perspectivando uma reafirmação do indivíduo, aponta: “Ora, era necessário apagar a imagem frustrante do negro, criada pelo branco: isto é, de um homem tábua rasa, de um homem sem história, portanto sem civilização.” (NGOENHA, 1992, p.48). Se durante o período de luta armada os campos de treinamento tático traziam as condições necessárias para a prática e a teoria revolucionária, após as orientações do DEC, as escolas desempenhariam o papel proeminente nesta formação, no intuito de acabar com o “tribalismo” e com as forças opostas ao projeto de nação. Pós 1975, durante a consolidação do Partido FRELIMO, surgirão os “campos de reeducação”, gerando um ambiente de perseguição aos inimigos internos, aos “divisionista” e a todos que não seguissem o ideal da nação socialista moçambicana.

Mas porque “matar a tribo para nascer a nação”? Como abordado por Amselle no livro - *No centro da etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África*: “Os termos ‘tribo’ e ‘etnia’ adquiriram um uso maciço, em detrimento de outras palavras como a de ‘nação’, certamente é porque se tratava de classificar à parte certas sociedades negando-lhes uma qualidade específica.”. (AMSELLE, 2017) Desta forma, o termo “Tribalismo” é utilizado para condicionar ao passado as formas de expressão e interação social da África: “Distinguir rebaixando era exatamente a preocupação do pensamento colonial” (AMSELLE, 2017). Sendo assim, o conceito de “étnico” e “tribal” foram construções que o colonialismo fez, sobretudo para dificultar a unidade das regiões contra suas investidas. Aliado a perspectiva de Severino Ngoenha no que tange a abordagem sobre o processo de ressignificar a epistemologia empregada para a África, observa-se que a FRELIMO usará do artifício deste “termo do atraso” para romper com lideranças regionais que pudessem fazer frente ao controle do Estado. Assim, a função do “Homem Novo” em combater a tribo é, na visão, da FRELIMO combater o atraso.

Relaciono a ideia do filósofo José Paulino Castiano<sup>24</sup> no livro *Filosofia Africana: Em Busca da Intersubjectivação*. Esta obra o autor desenvolve um olhar sobre o percurso do conhecimento, remontando as relações de contato do continente africano e as formas que esta se estabeleceu, para então discorrer sobre a formação do “Eu-africano” gerado pelo “Outro-europeu” ao olhar o continente. O “Outro-europeu” propaga ao “Eu-africano” a ideia que o conceito de nação só seria alcançado pela via da assimilação, ou seja, assumindo características dos europeus. Estes colocam as identidades encontradas em África sob atributos que não deixam espaços para reafirmações, e longe do que compreendiam como desenvolvimento de uma cidadania. Assim, Castiano denota que: “Este constrói a tribo e a etnia como espaços identitários marginalizados numa forma ambivalente: por um lado constrói um discurso que mostra o carácter retrógrado destas referências identitárias; e ao mesmo tempo mantém esta identidade latente para despertá-las quando seria necessário «dividir para reinar»”. (CASTIANO, 2010, p.200) Neste caminho, retomando a filosofia de Severino Ngoenha, o autor determina que, para Moçambique e as ciências em África, é necessário primeiro um processo de desconstrução dos pressupostos que inferiorizam o africano. Como exposto no livro de Paula Lima, diz Ngoenha “o desafio de refletir a partir de África é desconstruir um dos pressupostos epistemológicos “herdados” da filosofia ocidental, o “não ser” do homem africano.”. (LIMA, 2016, p.43)

Somado a esta abordagem, identifico que os centros de treinamento da FRELIMO serão um microcosmo de formação da identidade nacional. Esta ideia ganha força nos testemunhos de ex-combatentes. O Marianno Matsinha relata, ao mencionar sua passagem por Nachingwea em 1968, sobre os problemas de “tribalismo”:

Tivemos problemas de tribalismo e houve muito trabalho para acabar com o tribalismo: foi preciso explicar os problemas que o tribalismo causa, principalmente com os assimilados. Houve trabalho político muito sério para as pessoas compreenderem as desvantagens do tribalismo. Era preciso explicar que não havia a expressão ndau, nyanka, etc, éramos todos moçambicanos. No topo da FRELIMO não havia problemas de racismo e tribalismo. Relativamente à religião, não havia proibição de praticar a religião. (Marianno Matsinha In: Mussanhane, 2012, p.567).

São características estas colocações, frente ao processo do período colonial que assentava suas bases nos pertencimentos étnicos, como discutido anteriormente. Portanto

---

<sup>24</sup> José Castiano é Professor de História de sua formação básica, na Faculdade de Educação I, da Universidade Eduardo Mondlane, Licenciatura em Filosofia (Universidade de Greifswald) e Doutor em Sociologia (Universidade de Hamburg), ambos com a especialidade na área de educação.

Matsinha pontua bem como o trabalho era mais recorrente com os assimilados. Podemos inferir pela fala “éramos todos moçambicanos” que os trabalhos políticos e ideológicos feitos nos campos de treinamento colocavam as perspectivas que estes precisavam romper com o “tribalismo”, pois a identidade moçambicana se legitimava pelo discurso da unidade política da busca da igualdade jurídica e econômica. Nestes casos a amplitude do significado de “Homem Novo” é requerida, pois aqui também está referido na função de libertar a própria personalidade, se emancipando de conceitos, modos, estatutos, e demais mecanismos de subjugação do passado colonial ou da cultura tradicional.

### 2.3 CARACTERÍSTICAS DE “HOMEM NOVO”

O “Homem Novo” perpassa um conjunto de termos positivados que se desenvolve ao passo que tenta a transformação da sociedade moçambicana. Esse “ser” reinventado através da prática revolucionária, desprendido das “tradições obscurantistas”, do “passado tribal”, e da aculturação portuguesa eurocentrada, nasceria dos campos de treinamento da FRELIMO e das escolas nas zonas libertas. Assim para identificarmos as características que assume, ao longo do tempo, é necessário olharmos o que era veiculado como o oposto deste “Homem Novo”. Desta maneira, avanço as análises para quando a categoria está sendo tratada em documentos oficiais, e com recomendações diretas para guiar o processo de consolidação da unidade nacional. No contexto de primeiro ano pós-independência, observo a síntese das propostas produzidas pela Sede Nacional da FRELIMO no texto circular intitulado: *Ofensivas em Várias Frentes*<sup>25</sup>, de Julho de 1976, divulgado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Este documento panfletário foi destinado aos Grupos Dinamizadores<sup>26</sup> do país. Nesta circular são discutidas as preocupações para combater os inimigos internos e ainda a forma de expandir a aplicação do projeto de “Homem Novo”, de maneira a incrementar características necessárias através da participação popular nestes Grupos Dinamizadores.

No documento constam as instruções para renomeação de todas as escolas e estruturas que remetem ao colonizador, procurando acabar com os vestígios do colonialismo. Também buscam indicar formas de combate as doenças que assolavam a saúde do povo moçambicano - principalmente provenientes de insetos, reforçar os aspectos de vigilância contra os inimigos internos. Com a ideia de intensificar a luta, no início do texto é exposto o dever de: “[...]”

<sup>25</sup> O panfleto analisado aqui pode fazer referência ao número 1 da série Coleção Palavras de Ordem, por mais que não se tenha essa referência disso na fonte.

<sup>26</sup> “Grupos Dinamizadores, estabelecidos basicamente em todos os lugares de emprego formal (fábricas, escolas, hospitais, ministérios governamentais) e nas áreas residenciais das regiões rurais. [...] Esses grupos procuravam, supostamente, construir o chamado ‘Poder Popular’”. (MACAGNO, 2009, p.22)

eliminar para sempre o alcoolismo, a prostituição, a droga, para acabar com o tribalismo, com o regionalismo, o racismo, com os complexos de superioridade e de inferioridade, para aniquilar a superstição, o obscurantismo, o analfabetismo e o banditismo.”. (FRELIMO, 1976, p.2)

Como a Frente de Libertação pretendeu isso? A orientação de Samora Machel estava descrita no documento a partir da página 4, “devem mobilizar as massas para o trabalho colectivo nas machambas, colectivas, nas cooperativas, as aldeias comunais, nas fábricas, nos caminhos de ferro, nas escolas, nos hospitais, nas repartições, em todos os sectores de trabalho. (FRELIMO, 1976, p.4) Para isso, os Grupos dinamizadores deveriam: “Explicar claramente às massas a necessidade de nos conhecermos profundamente [...] O inimigo pode usar as nossas palavras, pode usar a nossa roupa, mas não pode viver o nosso comportamento.”. (FRELIMO, 1976, p.9) O documento insiste na proposta de integrar as comunidades nos órgãos de participação de cada região, e manter o maior número de pessoas vigilantes para combater os “inimigos internos”. Ao longo de todo documento insinuam as falhas da formação social, e como aspectos remanescentes do passado, as características ligadas a: atrasos, ausências no trabalho, preguiça, como indicadores de que a pessoa esteja displicente com as ideias da nova sociedade. Portanto vemos que o inimigo interno assume diversas características, assim como o “Homem Novo” incorpora os significados antagônicos. As recomendações reafirmam, em diversos pontos, quais são os principais inimigos internos: “C) outros agentes dos inimigos atrás mencionados: os tribalistas. Os regionalistas, os racistas, os agitadores, os boateiros e os intriguistas.”. (FRELIMO, 1976, p.10)

Sendo assim, as características de “Homem Novo” que aparecem em 1973 no documento do DEC, agora tem um corpo maior de significados. Como já mencionado, o projeto cria novos inimigos internos para manter o processo revolucionário de romper as atitudes remanescentes do passado colonial, mesmo depois de conquistada a independência. A criação de um inimigo interno, chamado de “Xiconhoca<sup>27</sup>”, vai servir como forma de espalhar a imagem do que deveria ser eliminado dos hábitos sociais. O “Xiconhoca” concretiza a personificação antagônica do “Homem Novo”: ele representa o burguês, o chefe regional de comunidade - que articulava com inimigos da FRELIMO, a prostituta, o “tribal”, o corpo mole para o trabalho; enfim, todos os vícios do passado que deveriam ser combatidos na nova

---

<sup>27</sup> Conforme Maria Paula Meneses (2015) o termo faz referencia a um personagem caricato, desenhado em forma de cartum. Criado com as características que deveriam ser combatidas pelo “Homem Novo”.

sociedade<sup>28</sup>. Antes, tínhamos a subserviência a serviço do colonialista; agora, o “Homem Novo” traz a atitude revolucionária e a dedicação da técnica de trabalho que engrandeceria a pátria. Antes, o colonialista e a sociedade tradicional usavam do obscurantismo e da superstição com os mais jovens; o “Homem Novo”, por outro lado, se caracteriza por desenvolver o “espírito científico” e o estudo, através do desenvolvimento moderno de raciocínio, para compreender o mundo conforme métodos de análise científicos. Enquanto o “tribalismo” dividia a população e fomentava o individualismo das regiões, o “Homem Novo” tem um dever com a nação, buscando o coletivismo para liquidar o sistema colonialista, tradicional e burguês.

Para analisarmos algumas características associadas ao “tribalismo” pela ótica dos guerrilheiros, me detive no depoimento de Bernardo M. Goy-Goy. No testemunho ele relata os momentos de confronto e da administração do norte de Moçambique, região que compreende a área de Niassa. Bernardo Moysès Goy-Goy conta em suas memórias o início da luta da FRELIMO, narrando à tomada da faixa territorial mais ao Norte de Moçambique, na fronteira com a Tanzânia, ao longo da divisa com este país. Como grande parte dos (as) guerrilheiros (as), ele desencadeia o raciocínio baseado nas vezes que a região teve a presença dos líderes da FRELIMO. Primeiro comenta que Eduardo Mondlane esteve na área oriental de Niassa, onde visitou os guerrilheiros e viu a situação da guerra. Em seguida conta que foi Samora Machel quem abriu a frente de batalha para o lado ocidental de Niassa. Diz Bernardo M. Goy-Goy: “O actual presidente Armando Guebuza entrou duas vezes no Niassa. A primeira vez veio resolver uma situação pela fuga do secretário provincial, o Kadawele, que se entregou ao inimigo no quartel de Lupilichi [norte de Niassa] [...]” (Bernardo M. Goy-Goy In: MUSSANHANE, 2012, p.223). Os adjetivos que Bernardo M. Goy-Goy emprega ao falar das lideranças remetem a: combatentes preocupados com o andamento e avanço das frentes de batalha na luta de libertação, estratégicos e disciplinados, pessoas que mantiveram seu compromisso em formar uma Moçambique livre.

Na sequencia ao falar do secretário provincial desertor, chamado Kadawele, desqualifica-o citando aspectos que um guerrilheiro deve combater em si e nos outros:

Ele tinha tendências tribalistas e medo do inimigo. Não sentimos muito a entrega dele em termos de ataques porque ele vivia em Songuea e só conhecia a Base Ngungunhana (ele como inimigo). Coordenou muito com o comandante Machado, da tropa portuguesa. O machado desencadeou uma

---

<sup>28</sup> Estes elementos estão também relacionados com as características que eram associadas a RENAMO, durante o período da guerra civil.

ofensiva psicológica junto da população para esta se entregar e desmoralizar os guerrilheiros. O kadawele, transportado em aviões, falava ao altifalante para desmobilizar a população, mas não conseguiu. (Bernardo M. Goy-Goy In: MUSSANHANE, 2012, p. 223)

Ao se entregar as forças colonialistas, o ex-secretário provincial, é visto como subserviente, individualista, com baixa dedicação ao projeto revolucionário. Podemos analisar que todas essas características foram enquadradas na expressão “tendências tribalistas” utilizada por Bernardo M. Goy-Goy. Observando as expressões e adjetivos usados para se referir ao desertor, podemos comparar como ele havia caracterizado Mondlane: alguém com atitude planejada para lidar com o conflito da guerra, sábio, e ciente das situações. Essa era uma forma de reafirmar a genialidade calculada e científica desta liderança. Em seguida exaltou como Samora Machel tinha liderado a ofensiva ao ocidente de Niassa, reafirmando uma bravura e comprometimento.

Assim vão se moldando as referências de “Homem Novo” em torno de signos dessa representação: a liderança, o (a) guerrilheiro (a), atitude, coragem, dedicação, disciplina, planeamento. Pela declaração de Bernardo M. Goy-Goy, verifico que estas características vão ser moldadas em âmbito do ensino e treinamento, empregada de forma a incrementar os sujeitos a uma normativa oposta a anterior. Este tipo de mecanismo gera um sistema de auto regulamento, pois os sujeitos “normatizados” passam a reprodução dos comportamentos condicionantes. O “Homem Novo” tem uma representação do que é o ideal, e uma significação do que não é. Assim, buscam exercer de forma mais convincentes para si mesmas as “instruções” que receberam no treinamento e que agora podem julgar a si e aos outros conforme suas ações.

À medida que essas práticas são estabelecidas na luta, outras relações de referências são formadas, no âmbito de interações sociais e culturais. Como é expresso por Amílcar Cabral ao verificar os processos culturais e de identidade nacional, quando atrelados às relações desenvolvidas pelos campos de treinamento.

Por seu lado, as massas trabalhadoras e, em especial, os camponeses, geralmente analfabetos e que nunca ultrapassaram os limites da aldeia ou da região, perdem, nos contactos com outras categorias, os complexos que os limitavam nas relações com outros grupos étnicos e sociais; compreendem a sua condição de elementos determinantes da luta; quebram as grilhetas do universo da aldeia para se integrarem progressivamente no país e no mundo; adquirem uma infinidade de novos conhecimentos, úteis à sua actividade imediata e futura no âmbito da luta; reforçam a consciência política, assimilando os princípios da revolução nacional e social postulada pela luta. Tornam-se mais aptos assim para desempenhar o papel decisivo de força

principal do movimento de libertação. (CABRAL In: SANCHES, 2011. p.372 -373)

Conforme as referências trazidas por Amílcar Cabral, o treino-militar desempenha o papel como “escola” do que a FRELIMO programaria para a nação, mas para isso era necessário dinamizar entre a população as ideias da FRELIMO. Os campos de treinamento puderam fornecer, além do ensino técnico e prática de luta armada, também a possibilidade de composição social entre os sujeitos. Neste processo, integram a coletividade e permutam experiências que os ligam ao passado das opressões do tempo colonial, mas na perspectiva da superação destas condições. Mas e para outras pessoas que não estão inseridas na luta de libertação nacional? As áreas libertas precisavam ser construídas assumindo as características da pretensa nação. Para fazer surgir, no campo e nas comunidades, as práticas socialistas, era preciso fazer o convencimento das lideranças locais. Uma das grandes barreiras de implementação da prática socialista foi o combate ideológico que precisa ser travado em cada processo de mudança que se introduz na sociedade.

Importante afirmarmos que nesta análise não estamos trazendo uma ideia de simples mimetização de elementos culturais/políticos. O projeto de “Homem Novo” não cria uma roupagem “africana” das relações coloniais pré-existente, mas é a expressão das práticas e saberes propostas pela FRELIMO, que naquele momento, compreenderá como sendo as formas de superação da inferioridade estabelecida pelos mecanismos do colonialismo português e que se mantiveram perpetuados na vida social da jovem nação.

Se olharmos a região de atuação da luta ao norte do país, vemos como Niassa foi laboratório das práticas que a FRELIMO aplicaria para o restante das regiões. Nesta região temos o protagonismo do Destacamento Feminino (DF), conforme a luta de libertação nacional se amplificava, como trazido por Egor Borges: “Aqui também se colocaram em prática diversas formas de alfabetização, produção agrícola e eram protegidas pelas milícias e o Destacamento Feminino (DF)”. (BORGES, 2017, p.134) Estas colocações reverberam na narrativa de Bernardo M. Goy-Goy, principalmente a perspectiva que ele enxergou sobre o papel dessa alfabetização, produção e do DF.

Uma das questões da guerra de guerrilha é vinculada ao combate ideológico. Esta também está atrelada ao papel da mulher na sociedade, que no âmbito da sociedade colonial mantinha as relações de desigualdade de direitos. Sendo assim, é importante falarmos sobre o trabalho de convencimento e de guerrilha, desempenhado pelas mulheres na Frente de Libertação Nacional, estas que serão um dos elementos inseridos na categoria de “Homem

Novo”. O surgimento do Destacamento Feminino se dá por reivindicação das mulheres que integram a FRELIMO ainda em 1965<sup>29</sup>. As atividades que aparecem como exercidas pelas mulheres eram o de convencimento e mobilização das pessoas, como também o trabalho nos orfanatos e enfermarias. Podemos ver na trajetória da ex-combatente Maria F. M. Pelembe, na última página de suas memórias, destaca o fato de que “colaborei com a OMM” em todas as províncias onde trabalhei, concretamente, na mobilização e organização da participação da mulher na sociedade.”. (Maria F. M. Pelembe In: MUSSANHANE, 2012, p.556)

Assim, conforme apontado por Osmundo Pinho, a “Organização da Mulher Moçambicana (OMM), [...] surgida em 1973 como desdobramento da participação das mulheres na Luta de Libertação Nacional” (PINHO, 2012, p.970), esta organização política tratava de buscar direitos iguais para mulheres que não tinham se inserido militarmente na luta armada, foi uma organização montada devido ao avanço político do DF.

A criação da OMM demonstra como não bastava só constituir um destacamento feminino, pois isto não trouxera modificações em estruturas basilares da ordem social. Isto impacta nas constatações que o “Homem Novo” deveria transformar cultural, psicológica e socialmente, os aspectos tradicionais e colonialistas. Porém, mesmo que nos discursos as lideranças pronunciassem a questão da participação de mulheres, exaltando a igualdade, fazendo referencia da busca da construção da sociedade socialista, há uma disputa de narrativa do processo de libertação nacional até hoje.

Diversos (as) guerrilheiros (as) destacam o papel do DF nas missões de proteção, e nas incursões em áreas para vigilância. Bernardo M. Goy-Goy evidencia como o DF foi um fator essencial para a manutenção e expansão das atividades em Niassa: “A mobilização da população era um trabalho previamente planejado. Eram criadas condições para que o guerrilheiro e o Destacamento Feminino fossem fazer o trabalho. Era feito o reconhecimento”. (Bernardo M. Goy-Goy In: MUSSANHANE, 2012, p. 223).

Fica evidente o caminho que as características de “Homem Novo” vão assumindo conforme as necessidades de implementação do projeto de nação. Estas se configuram de forma polissêmica e se integra as condicionantes da luta, bem como integra a luta das

---

<sup>29</sup> “O Destacamento surgiu em 1965 a partir de reivindicação das próprias mulheres, apesar de a informação oficial afirmar que o Destacamento foi criado pelo comitê central em outubro de 1966. Arnfred, entretanto, aponta a criação do Destacamento em 1967” (CASIMIRO, 2005, apud PINHO, 2012, p.972)

mulheres moçambicanas como uma das consignas dos discursos das lideranças. Contudo demandou mais ações práticas de transformação social do que a enunciação de “inimigos”, a exemplo da criação de uma organização de mulheres, que amplifica os significados e elementos do projeto de nação e, portanto, do “Homem Novo”. Assim as questões de “Homem Novo” conjugam o projeto de unidade e de *moçambicanidade*, agregando significados que possibilitassem o refazer-se tanto das questões políticas para a nação, quanto às incumbidas aos sujeitos.

### **3 TESTEMUNHOS – A PERSPECTIVA DE EX-COMBATENTES.**

O termo “Homem Novo” adquire contornos específicos no vocabulário oficial da FRELIMO pós 1973, quando é referido por Samora Machel. No estudo que desenvolvi com os testemunhos, parti da revisão bibliográfica, principalmente da tese de José Cabaço (2007) que mencionava como o “Homem Novo” havia nascido nos campos de treinamento, que ele presenciou em 1974. Portanto, foi munido dessas informações que procurei a perspectiva de ex-combatentes.

É de salientar que os trechos de testemunhos aqui relacionados compõe a análise da interação entre as experiências de guerrilheiros (as) nos anos de 1965 até 1970, no campo de Nachingwea. Sendo assim, o termo “Homem Novo” estaria em processo de criação. Desta maneira, avalio que a presença do termo na narrativa de Joaquim R. Carvalho se dá pelo fato de seu pertencimento ao comitê central, em conjunto de Samora Machel. Enquanto os (as) demais guerrilheiros (as) não tem diretamente a menção da expressão “Homem Novo”, mas sim os significados incumbidos nela. É assim que analiso os testemunhos, em busca da expressão subjetiva desse “Homem Novo”, não a utilização do termo em si, porém as suas correspondentes opostas, ou seja, “tribalismo”, conflitos regionais, displicência com treinamento, problemas advindos do convívio com as regras, e com as consignas da ideologia.

Sabemos que foram os (as) guerrilheiros (as) que integraram a força motriz das transformações em Moçambique. Muitos deles (as) passaram do auto-reconhecimento de camponeses para “libertadores da nação” ou “lutadores da causa”. Estes indivíduos, por identificarem seu desenvolvimento com as características ditas “modernas”, serão os moldes ideológicos para a criação do exemplo de “ser” novo. É de salientar que os exemplos no período da luta armada, eram as lideranças do movimento, em especial o que diziam e faziam

Eduardo Mondlane e Samora Machel. Sendo assim, analiso os testemunhos selecionados, no que se refere às percepções sobre o projeto de “Homem Novo”, ou sobre algum elemento do passado, que inquietaram os (as) guerrilheiros (as) no período da luta armada, além de quais aspectos de vida estes abandonaram durante a trajetória.

Mesmo sendo os agentes dessa mudança, suas vozes não tiveram eco ao longo do discurso da história nacional. Deixados de lado, apagados da trajetória que contribuíram para construir, história que muitas vezes ariscaram a própria vida. Essas pessoas passaram as últimas duas décadas sem espaços em que pudessem ser ouvidas. Neste trabalho, trago trechos do que foi lembrado por elas. Dedico este capítulo a trazer algumas das percepções destes guerrilheiros (a) que destaquei ao longo dos outros capítulos, buscando compreender a forma que a categoria de “Homem Novo” trouxe a quem olhava o mundo com desejos e expectativas de transformação.

A região ao Sul da Tanzânia foi o local onde se estabeleceu o principal centro de treinamento da FRELIMO, Nachingwea. Conforme o que conta Joaquim R. Carvalho do momento de seu primeiro contato com a base em 1970:

Recordo-me que cheguei ao centro Nachingwea, no período da tarde. Do ponto de vista das instalações, Nachingwea, até certo ponto, assemelhava-se a um quartel. As construções eram feitas pelos próprios combatentes, sob a supervisão de um camarada que tinha experiência de construção civil. Em finais de 1973, construiu-se uma casa de alvenaria para o presidente Samora Machel. Possuía também casernas e outros tipos de casas. Na altura que vivi em Nachingwea, isto é, no período de 1971 até 1974, viviam os camaradas Samora Machel, Alerto Chipande e Armando Guebuza. No dia seguinte [...] Deram-me o fardamento. Quando experimentei o fardamento verifiquei que as calças eram grandes e, inocentemente, referi o facto. A resposta foi simples e curta: ‘é o que há.’ (Joaquim R. Carvalho In: MUSSANHANE, 2012, p. 404).

Joaquim R. Carvalho vinha de Portugal onde estava desde 1963 estudando, após um percurso longo atrás de contatos com membros da FRELIMO no exterior, consegue iniciar a preparação para se formar como quadro do movimento. Os estudantes que faziam ensino no exterior e manifestavam interesse em voltar pra Moçambique, com a intenção de entrar na FRELIMO, recebiam um aviso, muitas vezes assinado por Eduardo Mondlane, de que deveriam primeiro terminar os estudos, e depois retornar, pois precisavam de pessoas instruídas. Joaquim R. Carvalho relata ainda o dia a dia de como foram as condições do treinamento: “foi um tratamento de choque para mim é porque estava habituado a uma vida de

estudante sem muita disciplina.[...] O gerador no centro funcionava das 18h00 às 21h00, [tínhamos] que dormir cedo.”. (Joaquim R. Carvalho In: MUSSANHANE, 2012, p.405) Ao longo de duas páginas, ele relata, que haviam as aulas de tática, o treinamento no campo, e treino de armamento, divididas em partes de marcha, armamento e tática, e que além dos treinos: “Paralelamente, tínhamos aulas e palestras sobre questões de índole política: quem é o inimigo, contra quem estamos a lutar, e por que, a necessidade de unidade nacional”. (Joaquim R. Carvalho In: MUSSANHANE, 2012, p.405).

Podemos ver que na formação teórica traziam as nomenclaturas de inimigo, luta e unidade nacional, aspectos intrincados na narrativa de um conflito por libertação nacional. Estes elementos faziam parte do trabalho ideológico da FRELIMO, trazendo para guerrilheiros (as), a visão de que a disciplina, dedicação, estudo, e trabalho em conjunto, em torno de uma causa, iria construir a vitória.

Ainda como segue o relato de Joaquim R. Carvalho: “Por mais que tivessem zonas separadas, como área dos recrutas, uma para os quadros, uma para os comandantes e uma onde vivia a direção, todos realizavam as refeições em conjunto”. (Joaquim R. Carvalho In: MUSSANHANE. 2012. p. 404) A questão de estar próximo de pessoas de diferentes regiões, convivendo na construção do próprio centro, fazendo atividades nas vilas, “assaltos táticos” a zonas controladas por Portugal, foi estimulando as matérias-primas que figuram na base da identidade nacional. Estes grupos que se gestam no campo de treinamento começam a ser visto como modelo-resultado, que servirão de base para atribuições práticas de como se “atinge” características de “Homem Novo”. Evidenciando isso a passagem do texto em que Joaquim Carvalho narra:

Nachingwea era importante por que se podia encontrar moçambicanos de várias origens étnicas a viverem junto e aqui começou a aparecer a ideia da moçambicanidade. Alguns camaradas foram treinar na China e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; quando regressavam, Samora Machel fazia questão de pô-los a treinar em Nachingwea para reassumirem a moçambicanidade. (Joaquim R. Carvalho In: MUSSANHANE, 2012, p.405)

A preocupação das lideranças era eliminar qualquer tipo de diferenciação entre os guerrilheiros (as) durante o treinamento. Por isso os que iam ao exterior, para cursos, treinamento ou missões diplomáticas, ao retornar voltavam para Nachingwea. Como relata outro guerrilheiro em suas memórias, Bernardo M. Goy-Goy diz: “Terminado o curso da

URSS, regressamos a Nachingwea em 1966 com a missão de viver a uniformização da situação e treinar.” (Bernardo M. Goy-Goy In: MUSSANHANE, 2012, p.218).

O trabalho tático com armamento não figura muito nas memórias de Joaquim R. Carvalho, devido ao fato de que ele ficou doente ainda na travessia do rio Rovuma. Durante a primeira missão que ele fora desempenhar, na região de Niassa Ocidental, logo que saiu do Centro de Nachingwea. Portanto ele retorna pra Nachingwea para receber cuidados. Sobre isso, relata: “No Centro de Nachingwea foram abertas machambas, poços de água, havia uma visão do *homem novo*<sup>30</sup>, pondo as pessoas em conjunto a pensar. Não se pode falar da FRELIMO e da Luta de Libertação Nacional de Moçambique sem se falar de Nachingwea.”. (Joaquim R. Carvalho in: MUSSANHANE, 2012, p.405.)

Joaquim R. Carvalho parece dar proeminência para as atividades desempenhadas em conjunto, que envolvem a lavoura, e as obras de construção. Ele evidencia a prática do trabalho e do estudo. Quando Joaquim R. Carvalho relata o que pensa do “Homem Novo” invariavelmente remete a algo vinculado a disciplina, ou a necessidade de trabalho em conjunto, como também ao estudo, e as questões que ele sentia incômodo referentes as diferentes línguas, ou seja, parece que lidar com guerrilheiros(as) de diversas regiões foi uma construção interna para ele.

Ao longo da narrativa Joaquim R. Carvalho explica suas próximas atribuições dentro da FRELIMO, em resumo, foi destacado para o Centro de Educacional de Tunduru, devido a uma reunião com Samora Machel, em que foi informado que a FRELIMO precisa formar mais quadros. Assim foi dar aula de matemática como professor-coordenador da disciplina, e lecionava para à 4ª classe. A preocupação que encontro nas memórias de Joaquim R. Carvalho perpassa as abordagens de Samora com os (as) guerrilheiros (as) entorno de três eixos: administrar as regiões, desenvolver a produção e a formação da moçambicanidade.

Joaquim R. Carvalho enquanto lecionava em Tunduru, em 1973, foi nomeado secretário da produção e comércio, e virou membro do Comitê Executivo da FRELIMO. Ainda em 1973, foi para Suécia, mobilizar estudantes que saíram de Portugal para a Suécia com intenção de entrar na FRELIMO. Em 1975 foi ministrar um curso especial para os quadros de Nachingwea, onde ele dava economia política. Relata uma ocasião de bombardeamento português em uma zona da Base Central, mas que ninguém se feriu. Como

---

<sup>30</sup> Grifo da autora, porém identifico que é um dos únicos testemunhos que expressa diretamente o termo.

membro do comitê central, Joaquim R. Carvalho é chamado por Sérgio Vieira para reunir com o presidente Samora Machel. Pós-reunião fazem o seguinte comunicado: “1 – a nossa luta tem que prosseguir. 2 – o golpe é assunto dos portugueses. 3 – a nossa luta não para até que o governo português aceite sentar-se conosco. 4 – saudamos os portugueses por se insurgirem contra o fascismo, mas para nós a luta continua.”. (Joaquim R. Carvalho in: MUSSANHANE, 2012, p.407-409) Podemos ver diversas oportunidades e conquistas que Joaquim R. Carvalho realizou ao longo de sua trajetória. O seu testemunho termina, relatando o dia da independência, contando que estava muito feliz com os camaradas do Partido FRELIMO em ver o resultado da luta.

Veremos que as percepções iniciais da luta mudam, pois o guerrilheiro Jorge Z. Nhassengo, traz a ótica de quem queria ter chances de estudar, e para isso procurou entrar em congregações religiosas. Mas com o passar da luta anticolonial, os párocos, com medo da vinculação aos guerrilheiros, impediam a circulação dos estudantes. É deste ponto que começo o testemunho de Jorge Z. Nhassengo:

nós no seminário, calhou na época dos movimentos de libertação, [...] Apesar de estarmos no seminário, o nosso sentimento de independência também existia e éramos controlados pelos padres. Com a fundação da frente de libertação de Moçambique em 1962, houve um impacto dentro de nós e já havia movimentos clandestinos. [...] eu queria estudar, eu abandonei o seminário, mas queria continuar a estudar e achei que o melhor era juntar-me à frente de libertação de Moçambique para ver se podia continuar com os estudos. (Jorge Z. Nhassengo in: MUSSANHANE, 2012, p.414)

Caso interessante de jovens que gostariam de manter seus estudos, e para isso buscam a Frente de Libertação como forma de alcançar o objetivo. Esta é uma percepção e motivação comum entre os e as combatentes. De início parece uma motivação individualista, e em determinada circunstância pode até ser. A partir do desenvolvimento do ensino nos campos de treinamento, com a disciplina em conjunto ao trabalho ideológico, aplicado na visão da luta contra a opressão colonial, e aos demais inimigos, trouxeram a esses (as) jovens outra maneira de pensar o ensino. Pós contato com o treinamento, começam a perceber-se parte de algo maior, colocando um significado do que aprendem para servir a um propósito: o auxílio ao desenvolvimento das zonas libertas, o combate de guerrilha contra o inimigo colonialista. Isto se aproxima da trajetória de Jorge Z. Nhassengo. Relata que, no ano de 1966, quando estava em Nachingwea, participou de reuniões com Eduardo Mondlane, quando este expressava para os combatentes as dimensões da luta em que estavam inseridos. Conta Jorge Z. Nhassengo: “Ele [Mondlane] visitou Nachingwea, onde estive, e teve reuniões muitas vezes conosco. O

dr. Mondlane era um bom falante, tinha a sua maneira de ver as coisas, diferente dos outros.”. (Jorge Z. Nhassengo In: MUSSANHANE, 2012, p.425)

Mondlane parece ter essa eloquência, pois suas falas são lembradas e citadas mais de uma vez, também é visto como uma figura carismática e a quem deveria ser dado o maior respeito. É lembrado por Jorge Z. Nhassengo, principalmente sobre os discursos que faziam referência à igreja, era esse, talvez, o “jeito diferente de ver as coisas” de Mondlane. Ao lidar com a questão religiosa, acabou trazendo maior confiança para Jorge Z. Nhassengo, e outros religiosos que, mesmo não entrando na guerrilha, apoiavam a Frente de Libertação.

é bom que saibam que muitos de vocês foram formados pela igreja e outra coisa é que os governos socialistas só nos dão armas e fardamento, mas a roupa civil, dinheiro, material escolar, medicamentos, veem de organizações religiosas que estão contra o colonialismo, e ainda por cima muitos de nós fomos formados nas Escolas das Igrejas, portanto temos que estar claros sobre este assunto...” (Jorge Z. Nhassengo In: MUSSANHANE, 2012, p.425-426)

Mondlane então partia de valorizar a reunião da diversidade de pessoas que estavam nos campos de treinamento, adequando estrategicamente seu enfoque nas falas conforme os ouvintes. Isto é característico do momento de 1966, se pensarmos que Mondlane trabalhava para compor um mínimo de consenso para conseguir a unidade. Jorge Z. Nhassengo expressa que era um assunto pouco comentado, “houve uma tendência de não se falar de Deus e da Igreja.” Na lembrança de outra reunião com os quadros, o Mondlane é citado:

‘A FRELIMO não tem apoio de um único governo...’ Referiu-se assim porque a URSS só queria que nos fossemos apoiados por eles; a China também era a mesma coisa e Mondlane não aceitava isso. Noutro desenvolvimento, dizia ele: ‘É que se nós aceitarmos só a URSS estaremos sob condições e nós só queremos que o País nos apoie para a libertação do nosso país: não podemos aceitar apoios condicionais porque significará mudar de colonialismo. Nós aceitamos o apoio de todos, sejam socialistas, ocidentais, mas sem imposição de condições...’ (Jorge Z. Nhassengo In: MUSSANHANE, 2012, p. 426)

Mondlane tratava de ampliar a luta. Trouxera em seu discurso indicações dos apoios da luta do povo moçambicano, ao referir que não estavam sozinhos. Ao mesmo tempo em que partilhava o significado do que construíam ali - a luta contra a submissão e imposição de fora. Mondlane deixa claro que a luta por libertação nacional não iria ser concluída para posteriormente, serem governos fantoches de outros países. Assim a liderança de Mondlane é

lembrada por Jorge Z. Nhassengo, que se preocupou com o papel de encontrar o caminho da convivência com a religião e a guerrilha.

A ex-combatente Maria F. M. Pelembe compartilha algumas semelhanças nas motivações iniciais, no que diz respeito ao desejo de manter os estudos, mas não tinha pretensões de buscar isso no movimento de libertação. Maria F. M. Pelembe estudou na missão católica até o desencadeamento da luta armada na região de Tete, isto é, 1968. “A missão foi obrigada a fechar, [...] eu estava escalada para continuar os estudos em Tete, numa Missão, com as Freiras.”. (Maria F. M. Pelembe In: MUSSANHANE, 2012, p.550)

Ela foi integrada a FRELIMO devido a sua irmã Inês que já atuava com os guerrilheiros (as). Inês procurou Maria, a pedido de seus pais e pelo padre, que também já auxiliavam o movimento, seja como guerrilheiros, ou no trabalho ideológico. Assim foi levada a Tanzânia, onde contra a própria vontade se inseriu a luta de libertação nacional. Maria F. M. Pelembe relata que em novembro de 1970, segue para a base de treinamento de Nachingwea. Ela vai com um grupo de 20 camaradas, ela a única menina, “era um campo bonito, toda a gente com arma, eu trazia vestido de menina com o meu terço. Quando cheguei ao centro disseram-me que isso de meninagem tinha acabado e trouxeram fardamento para eu envergar. Chorei porque o meu desejo era estudar.”. (Maria F. M. Pelembe In: MUSSANHANE, 2012, p.552)

Esse trecho de Maria F. M. Pelembe relata a sua interação e vinculação com a FRELIMO se dar de maneira a não atender as expectativas individuais que ela tinha para seu futuro. Logo no andamento do seu relato ela retoma: “Os treinos terminaram em Fevereiro de 1971, e eu sempre com a esperança de continuar com os estudos.”. (Maria F. M. Pelembe In: MUSSANHANE, 2012, p.552) Algo interessante repararmos como Maria Pelembe faz referências a ela no passado como “a menina”. Uma narrativa que assume uma figura de si no passado, quando se refere aos processos de vida antes da sua formação na técnica-militar, ou um processo de passagem, pois ao longo da narrativa ela sai da terceira pessoa, passando a referir-se em primeira pessoa. Ainda sobre o Nachingwea, conta sobre o ritmo de trabalho e atividades desempenhadas nos centros de treinamento, diz ela: “A vida era muito dura. Todos os dias acordávamos às 04h00, fazíamos ginástica, tomávamos o pequeno-almoço, treinávamos, fazíamos limpeza do campo e íamos à machamba. Acabei gostando e integrei-me.” (Maria F. M. Pelembe In: MUSSANHANE, 2012, p.552). Por mais que tenha absorvido

essa dinâmica da guerrilha, Maria Pelembe continua ao longo das páginas se referindo ao desejo de estudar: “Apesar de ter gostado, eu sempre pensava na continuação dos estudos”. (Maria F. M. Pelembe In: MUSSANHANE, 2012, p.553)

Como Maria F.M. Pelembe está em Nachingwea em 1970, a liderança de Eduardo Mondlane já havia sido substituída em decorrência de seu assassinato. Sendo assim, Samora Machel é que figura nas memórias e citações referente aos tempos de treinamento. Portanto, Maria F.M. Pelembe discorre que:

No segundo mês de treino, o camarada Samora Machel apareceu no campo de treinos e já tinha informações da chegada de uma menina que não queria treinar mas acabou aceitando, só que não queria tirar o terço do pescoço. Ele falou comigo e disse: ‘ Olha menina, não é por mal, todos seguimos uma religião, mas a actividade que estamos a exercer agora não permite que nos dediquemos, por isso não dá pra continuar com o terço porque isso só te vai atrapalhar.’ Depois da explicação eu tirei o terço, entreguei-lho, nunca mais mo devolveu e ficou por aí. (Maria F. M. Pelembe In: MUSSANHANE, 2012, p.553).

É um exemplo emblemático das mudanças dentro da FRELIMO sobre a vigilância de qualquer elemento que poderia trazer divisão da linha revolucionária, ou que pudesse “atrapalhar”, a dedicação exclusiva a causa da libertação nacional.

Em 1971, Maria F.M. Pelembe relata que foi escolhida para fazer o curso de enfermagem em um hospital da FRELIMO chamado Américo Boavida, “[...] pensei ‘que bom: esta também é uma forma de estudar’ porque também desde criança tinha a inclinação de ser enfermeira.” (Maria F. M. Pelembe In: MUSSANHANE, 2012, p.553). Podemos ver como se conjugam os desejos, as memórias e as escolhas de vida, adequando conforme sua realidade. Lembrando que Maria F.M. Pelembe não aderiu por vontade própria ao movimento guerrilheiro, vemos como ao longo do seu trajeto as perspectivas sobre o trabalho que ela realiza, as funções que ela desempenha e a formação que ela adquire, vão formando significados maiores para sua vida. Conforme o avanço da luta e as transformações de áreas em zonas libertas necessitou-se que estas fossem administradas pela FRELIMO. Maria F.M. Pelembe passa a ser instrutora e a formar diversos integrantes para administrar as regiões, assim como ela mesma passa a compor os quadros de assistência na saúde. “De Fevereiro a julho estive na Tanzânia a frequentar o curso de parteira.[...] Éramos 11 camaradas do Destacamento Feminino vindas de Tete, Cabo Delgado e Niassa.”. (Maria F. M. Pelembe In: MUSSANHANE, 2012, p.554) Ela se estabelece no centro-infantário da Base África, na

fronteira com a Zâmbia. Maria Pelembe passa a executar tarefas como chefe de saúde na região de Tete.

O ex-guerrilheiro Marianno Matsinha tem uma trajetória próxima ao de Joaquim R. Carvalho, permeada por oportunidades de estudos em Portugal, e ligações próximas com as lideranças da FRELIMO. A diferença é que Marianno Matsinha desempenhou mais atividades de guerrilha com confrontos na região de Niassa em 1966. Dentro de sua trajetória no movimento de libertação nacional. Já mencionei as relações de Marianno Matsinha ao trabalhar as questões referentes ao combate ao “tribalismo”, agora destaco o contexto de vinculação com o socialismo que é referido em suas memórias:

Relativamente à questão do socialismo, já durante a luta se falava do socialismo. Públícávamos artigos onde inseríamos princípios do socialistas e os jovens recebiam isto com muita alegria. Alguns mais velhos não aceitavam, principalmente os religiosos que até iam à missa em Dar-es-Salaam. Nestes artigos definíamos o que era a propriedade e defendíamos que estávamos contra propriedade privada e os capitalistas. Depois é que se falava de religião. [...] A direcção da FRELIMO teve de intervir no sentido de não se falar de religião com a população nestes termos. (Marianno Matsinha In: Mussanhane, 2012, p.568).

Matsinha relata que conforme a luta por independência ia avançando, e as idas aos países socialistas serviam para a formação de quadros, a ideia de socialismo foi se consolidando. Matsinha apresenta que o problema ocorreu devido o fato dos comissários políticos, irem conversar com a população, e com a convicção ideológica do programa da FRELIMO, falavam que Deus não existia, o que causava transtornos diversos nas relações com os locais. Isso, como expresso por Matsinha, prejudicava as relações da FRELIMO com as regiões. Como podemos ver, Matsinha relata sobre conflitos e relações conturbadas com a maneira que era conduzida as incursões sobre os vilarejos, principalmente quando lidavam com questões da tradição ou religião. Nestas passagens podemos ver a intersecção e os constantes rearranjos que a FRELIMO precisava ter em determinadas ocasiões. A adequação do seu discurso sobre a religiosidade, sobre o socialismo, encontrando assim as formas de levar a transformação social e política proposta pelo movimento a todas as regiões. Pós-independência, o método se torna mais incisivo. Essas transformações serão empregadas pela força do aparato de repressão Estatal, buscando a eliminação das oposições regionais.

### 3.1 O LIVRO DE BIOGRAFIAS: PROTAGONISTAS DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

A metodologia empregada pela autora Ana Bouene Mussanhane foi o não uso de gravador durante as sessões de entrevistas. Isto, em um primeiro momento, me alarmou frente a todas as requisições que uma fonte de história oral é recorrida para se ter maior substancialidade em suas informações. Minha desconfiança acentuou ao perceber, na parte introdutória do livro, a narrativa baseada numa construção heroica, exaltando os feitos e dedicação de mártires pela libertação nacional. O que pode ser entendido como posicionamento da autora em relação ao seu papel na constituição e entrelaçamento das memórias individuais, que a partir de seu trabalho, estas memórias compuseram uma trajetória coletiva do grupo de entrevistados: guerrilheiros e guerrilheiras que partilharam das experiências e de traumas ao longo das etapas da luta por independência.

Na introdução do livro, Mussanhane especifica que seguiu a técnica de entrevista anotando as narrações sem o auxílio de gravar as sessões. Ao ler isso eu imaginei um conjunto de prerrogativas para o não uso de gravador<sup>31</sup>, pensei que se existem os conceitos ditos universais, também devem existir metodologias que são muito válidas para o ocidente, mas que para outros circunscritões do planeta podem não ter a mesma aplicabilidade. Mas a autora expressa, logo em seguida no texto, que é devido ao fato de o aparelho trazer desconforto e inibir os (as) entrevistados (as), como também prejudicar o andamento do trabalho, ao condicionar a entrevista a uma linha de pergunta/resposta. A autora explica que foram feitos encontros individuais, e o local da entrevista foi determinado por quem seria entrevistado (a), para assim o (a) entrevistado (a) sentir-se mais a vontade com as perguntas. Portanto, identifico que a escolha foi feita para facilitar a comunicação entre narrador (a) e a entrevistadora. Portanto, Mussanhane assumiu a tarefa de anotação dos relatos, com base na dificuldade entre a pessoa entrevistada rememorar sua vida, e após isso verbalizar para um gravador sem ser no ritmo de interrogatório.

Dentro das leituras sobre história e memória, para compor os estudos acadêmicos referentes a produções com história oral e o trabalho com as fontes orais, observei as possibilidades que o estudo na área traz. No texto de Verena Alberti (2005), *Histórias dentro da História*, a autora constrói uma espécie manual de como produzir uma pesquisa com

---

<sup>31</sup> Em História Oral o Áudio permite: transcrição; pesquisa, devolução ao entrevistado e assinatura de carta de permissão de usos. O Áudio/audiovisual permite ler: os silêncios, hesitações, lapsos, linguagem corporal, expressões e tons de voz, aspectos que influem na composição dos relatos de vida e das rememorações de fatos.

História Oral. Verena Alberti coloca que pela produção de biografias, e do método de coleta da história oral, ampliam-se as possibilidades de investigação de como determinado evento resultou em algo na vida de um conjunto de pessoas. Diz a autora:

No início, grande parte das críticas que o método sofreu dizia respeito justamente às “distorções” da memória, ao fato de não se poder confiar no relato do entrevistado, carregado de subjetividade. Hoje considera-se que a análise dessas “distorções” pode levar à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo. É de acordo com o que se pensa que ocorreu no passado que se tomarão determinadas decisões no presente. (ALBERTI, 2005, p.163).

Como expressa Verena Alberti, conforme o que se tem como representação do passado, se aplicam as ações no presente. Portanto, os testemunhos sofrem das interpretações e rememorações tão subjetivas em seus dados sobre o passado, como outros documentos produzidos, que carregam seus significados do momento que foram feitos, e atributos referentes ao que eles pretendiam exercer ao serem criados. É neste contexto que enxergo as bases de análise dos testemunhos, tão passíveis de “distorções” sobre o fato que contam, quanto qualquer documento oficial ou não oficial, a diferença são as formas mais precisas de armazená-las.

Portanto, não é apenas a entrevista a função desempenhada pela historiadora biografada dos (as) guerrilheiros (as), mas o conjunto de verificações que ela apresenta na introdução, buscando legitimar os contextos e aferições sobre as histórias que coletou. É necessária a colocação de que estas pessoas partilharam suas histórias a partir das vinculações políticas ideológicas de aproximação com as da FRELIMO. Sendo assim, as memórias de trajetória de vida presentes no livro estão no contexto do problema que analiso, por esta razão que suas compreensões sobre o momento histórico contribuem para tal análise. As ligações políticas com o projeto da FRELIMO não tornam as perspectivas desinteressantes, apenas é preciso maior cuidado e atenção, ao refletir tanto sobre a memória, como sobre a forma que foi sistematizada na obra de Ana Bouene Mussanhane.

Por mais que a historiadora Ana Bouene Mussanhane tenha sistematizado a produção dos testemunhos, isso não trouxe a narrativa um ritmo totalmente cronológico dos fatos. Mussanhane organizou cronologicamente cada relato, porém a memória não é infalível nas suas associações e processos de rememoração. Idas e vindas durante a narrativa revelaram as ligações que construíram as formas que os (as) guerrilheiros (as) lembravam-se dos eventos. Muitas vezes as opiniões formadas, após os eventos, estão sendo relacionada às características

dos sujeitos no passado, uma reconstrução de episódios e situações, para trazer para o presente uma lembrança. Portanto, rememará-la na tentativa de ser mais fiel ao vivenciado.

Sendo assim, referente à pesquisa procurei, nos testemunhos, elementos referentes à vinculação com o treinamento e o “Homem Novo”, e se citaram características referentes ao passado colonial que infringiram neles (as) marcas, sejam quais forem.

Identifiquei as questões sobre a educação, identidade, união, “tribalismo”, referenciados no conflito e na formação do “Homem Novo”. Desta forma as fontes dos testemunhos guiaram o ritmo do trabalho e a moldura da pesquisa. Devido ser uma fonte coletada por outra pessoa, e está sofrer da sistematização estabelecida por quem a coletou, foi necessário maior cuidado na leitura e percepção destes elementos, cruzando épocas e locais.

Para compor a análise sobre as memórias, temos que aliar o papel dos campos de treinamento na formação da unidade e dos “ingredientes” para construção da *moçambicanidade*, como já evidenciado nos capítulos anteriores. Agora, conforme elaborado por Michael Pollack no texto *Memória e identidade social* (1992), percebo as perspectivas sobre a memória ser fundamental na formação da identidade, tanto do sujeito, quanto dos grupos que ele pertence.

O tema é assim abordado por Pollak:

Se assimilarmos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p.5)

Pollack trabalhou a ideia da memória individual, e da memória coletiva, estarem em disputa com os processos de enquadramento sistemático da história-oficial construída. Assim, sua análise perpassa as interações entre a construção e a referência base do processo, sendo estas correspondências feitas entre indivíduos ou entre grupos, ou seja, suas imagens construídas. É a perspectiva teórica, muito semelhante a algumas já apresentadas no texto, como Fanon, sobre a possibilidade da construção de uma imagem de si no contexto de

subjugação colonial, corroborando para perspectiva que os sujeitos estariam inferiorizados nas formas de compor sua identidade em relação ao outro.

Com a leitura do texto de Errante, que relata os processos de coleta e aferição de história oral, baseada na sua pesquisa sobre ensino em Moçambique, visualizei pontos pertinentes e cuidados a serem levados em conta quando se trabalha com testemunhos e memórias. Observei nos testemunhos as relações entre o que se exaltava nas atividades e como se descrevia determinados eventos, assim conforme a autora:

Narrativas revelam o alinhamento dos narradores com certos indivíduos, grupos, idéias e símbolos através dos quais eles externalizam seus maiores valores, qualidades positivas e de orgulho para si mesmos. Narrativas também revelam as dissociações dos narradores com "outros" indivíduos, grupos, idéias, e símbolos através dos quais eles externalizam as partes menos favoráveis de si mesmos. (ERRANTE, 2000, p142)

As anotações sobre quais entre todos os testemunhos iriam compor as fontes deste trabalho, partiram destes conjuntos de indicações, tanto da produção de Antoinette Errante, como de Verena Alberti. Estas autoras trouxeram formulações que propiciaram um quadro teórico para que se tornasse possível estabelecer os critérios de escolha dos testemunhos. Assim, compreendi o método de pesquisa que precisava executar para conseguir, dentre um volume grande de memórias, selecionar aquelas que eu analisaria.

Sendo assim, alguns outros testemunhos podem ter sido segregados da análise por inexperiência, mas mantive a ideia de que para um bom desempenho na pesquisa as memórias das pessoas, que viriam a ser minhas fontes, precisavam ter partilhado de treinamento comum durante sua trajetória na FRELIMO, e ainda apresentar em sua narração o que compreendia de si, ou de suas expectativas antes e/ou depois da vinculação a luta, e significar o que combatiam ou o que precisaram abandonar para se integrar ao projeto de “Homem Novo”.

#### 4 CONCLUSÃO

O presente trabalho se propôs a analisar o projeto de “Homem Novo” em Moçambique, com base em testemunhos de quem passou pelos campos de treinamento de Nachingwea. Para tanto, lidamos em primeiro plano com os aspectos da subjugação da população local frente aos portugueses, em segundo momento analisamos a construção do Estado-nação e a questão da Unidade. Após, investigamos sobre categoria de “Homem Novo”: surgimento, elaboração e características. Por fim, verificamos os elementos presentes nas memórias de ex-combatentes que faziam referência aos aspectos normativos da categoria de “Homem Novo” e todas as significações que a incrementaram ao longo do percurso de estabelecimento em Moçambique.

O projeto de “Homem Novo” como um projeto de poder, vêm do entendimento que os “ingredientes” da formação da identidade moçambicana, das relações de proximidade entre diversos grupos étnicos, dos pertencimentos e união gerada do convívio, eram elementos que estavam congregados nos fatores excepcionais da luta armada de guerrilha. Ao passo que se tomaria o controle do Estado, esta unidade não se faria presente para sempre. Portanto o tema ainda é presente na sociedade moçambicana hoje, como podemos ver pelo significado da construção de uma identidade nacional, que foram articuladas em bases do projeto da FRELIMO, e que hoje se assenta como um entendimento de “projeto de futuro”.

Portanto no primeiro capítulo abordei alguns aspectos que levavam a unidade em Moçambique ser de difícil obtenção. Assim expus as formas de subjugação das populações locais, para exemplificar algumas das principais relações de inferioridade que eram submetidos, para podermos analisar o que potencializou a separação das comunidades e populações. Ampliei a discussão para trazer as perspectivas de pensadores moçambicanos sobre o processo de unidade e de Estado-nação, fazendo a reflexão sobre o emprego das produções de ciências humanas ao enquadrar processos e eventos históricos pela ótica de “conceitos universais”. Na discussão fiquei ciente da complexidade dos conceitos que iria trabalhar, e a pergunta do trabalho tomou dimensões maiores, ao pesquisar bibliografias sobre processos de constituição de identidades dos sujeitos. Assim, foi possível discutir as ideias referentes à unidade nacional abordada por Eduardo Mondlane, como forma de vencer o sofrimento imposto pelo colonialista. Ao final da primeira parte, inseridas ao longo do texto,

trouxe trechos das memórias que guiaram a pesquisa, e que faziam referência as práticas de treinamento na formação do “Homem Novo”.

No segundo capítulo, pesquisei a origem da categoria “Homem Novo”, para além de compreender de onde teria surgido esse termo, averiguar como/quem, o introduziu no contexto de independência dos países africanos, pesquisando principalmente entre os intelectuais e lideranças das Frentes de Libertação. Assim baseado em análise de processos semelhantes de formação de estados socialistas, pude abarcar melhor os conceitos referente a obra de Frantz Fanon e Che Guevara, principalmente Fanon, a quem, salvo erro, atribuo a introdução das ideias de “Homem Novo” para o continente africano.

O que é o “Homem Novo”, dentro da análise do segundo capítulo, ocorreu de o termo “tribalismo” estar presente tanto nas memórias quanto nos textos das lideranças da frente de libertação. O “tribalismo” aparece como um elemento da diversidade étnica que não poderia ser superado de forma fácil, mesmo através do esforço de formar outros métodos de gerir as comunidades. Sendo assim, esta foi uma das questões que trouxe maior interesse de pesquisa, tanto nos relatos de memórias, quanto nas medidas práticas da FRELIMO.

No terceiro capítulo elaborei uma breve reflexão sobre cada uma das pessoas que destaquei para compor o texto, o que identifico é a forma como moldaram suas vidas pela luta armada, as características que conflitos dessa proporção geram no tecido social e constituição dos sujeitos. No final do capítulo elaborei uma breve reflexão sobre o trabalho com a fonte e alguns apontamentos da metodologia de história oral, relativa a testemunhos de eventos que também se consolidam como memórias traumáticas.

Como presente nas narrativas, observamos os relatos sobre como o treinamento era permeado de experiências: do condicionamento, disciplina, punição, esforços, ensino, conflitos étnicos, compõe também, mesmo que através de conflitos, as formas de estimular a convivência para a unidade.

Sendo assim, a primeira constatação que os aspectos de “Homem Novo” podem revelar, é a permanência de uma disputa, tanto nas memórias de ex-combatentes, quanto nas produções escritas sobre o tema. São muitas as obras que trazem principalmente a relação do “Homem Novo” pós-independência, quando entram em vigor as medidas de combate ao inimigo interno através dos campos de reeducação.

Desta forma, as abordagens conseguem criticar o emprego da força de Estado na medida em que esta condiciona os sujeitos a uma estrutura de poder. Esta estrutura se legitima da FRELIMO por ter sido construída na luta por liberdade. Algumas pesquisas buscam o

olhar para as formas de se compor a identidade individual e a identidade da nação moçambicana, incidindo as análises em produções de intelectuais da libertação, suas produções literárias, culturais, poesias, músicas.

Busquei inserir este trabalho em outra perspectiva, que não reafirmasse ou contrapusse o projeto, mas que visse pelos guerrilheiros, o quanto o “Homem Novo” fora inserido na sua vida e compunha sua identidade.

Foi possível perceber que os (as) guerrilheiros (as) ao rememorar suas trajetórias trazem a ideia de “Homem Novo” quando se referenciam a alguma das características contrárias ao projeto, ou seja, quando confrontam algumas das práticas do colonialismo, referente às perspectivas da educação colonial, subjugação através da inferioridade, e demais discussões das dificuldades trazidas sobre a formação nacional de Moçambique.

Conforme o conjunto de leituras realizado para a produção deste trabalho, avalio que o projeto de campos de reeducação empregados pela FRELIMO pós-independência tiveram algumas semelhanças à revolução cultural chinesa, pela forma como “tentou” a hegemonia do projeto de limpeza dos vícios do passado colonial e da sociedade burguesa. Porém, essa hipótese necessitaria de maior análise e fontes para ser verificada.

Concluo com a hipótese de que a percepção e contato com pessoas de outras regiões levaram a novas interpretações de si no processo de luta armada, formando suas identidades coletivas, antes limitadas pelo acesso à educação no molde tradicional colonialista e subjugação racial. Entretanto é necessário ampliar o leque de referências para seguir a pesquisa, objetivando maior compreensão sobre a hegemonia do projeto “Homem Novo” na formação da identidade e da *moçambicanidade* no período de formação do governo da FRELIMO.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (org.). **Fontes Orais**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202

ALGER **la mecque des révolutionnaires**. Direção: Ben SALAMA. Electron Libre Productions, Version Originale, Arte France. França/Argélia: 2016. 56 minutos. Francês, Colorido, Documentário.

AMSELLE, Jean Loup. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. In: AMSELLE, Jean Loup & M'BOKOLO, Elikia. (Orgs.). **No centro da etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. (coleção África e os africanos)

BASÍLIO, Guilherme. Samora Machel: O princípio do Homem Novo e seus significados. **UDZIWI: Revista da Educação**, Maputo, 7ª edição, jul. 2011. Disponível em: <<https://kayakweru.up.ac.mz/seerup/site/index.php/UDZIWI/article/view/173>> Acessado em: 07 dez. 2017.

BORGES, Egor. V. **A polícia e a construção do homem-novo na formação do estado-nação em Moçambique (1975-1990)**. 2017. 230 f. Tese Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, UNESP – Campus de Marília. SP.

BORGES, Edson. A política cultural em Moçambique após a Independência (1975-1982). In: FRY, Peter (Org). **Moçambique: Ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. UNESP, 1996.

CABAÇO, José. L. - **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. 2007. 474 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

CABRAL, Amílcar. Libertação Nacional e Cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os Impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2011, p.355-375.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa.** Porto: Edições Afrontamento. 1998.

CASTIANO, José Paulino. **Referenciais da Filosofia Africana: Em busca da intersubjectivação.** Maputo: Sociedade Editorial Ndjira, 2010.

CARVALHO, Clara. Patrick Chabal e a África Lusófona. **Cadernos de Estudos Africanos.** Lisboa, n.27. p.13-20. janeiro/junho. 2014. Disponível: <<http://journals.openedition.org/cea/1415>> Acessado em: 07 dez. 2017.

CORREIA, Milton. **A formação social do estado-nação e a crítica pós-colonial: o surgimento da história crítica em Moçambique.** Outros Tempos, vol. 12, n.19, 2015 p. 93-117

CHE Guevara, E. **O Socialismo e o homem em cuba.** 12 de março 1965.

CONCP. **Casablanca 18-20.ABR.1961.** Instituição: Fundação Mário Soares. Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade. Pasta: 04357.009.001. 1961. Disponível: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_83593](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83593)> Acessado em: 07 dez. 2017.

DIOP, Majhemout; BIRMINGHAM, David; HRBEK, Ivan; MARGARIDO, Alfredo; NIANE, Djibril T. A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português. In: **História geral da África, VIII: África desde 1935.** Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010. p.67-88

ERRANTE, Antoinette. **Mas afinal, a memória é de quem?** Histórias orais e modos de lembrar e contar. História da educação, Pelotas: ASPHE/Fa/UFPel, v.8, p.141-174, set. 2000

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Coleção Perspectivas do Homem, Vol.42. Série Política. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro: 1968.

FRY, Peter. Pontos de vista sobre a descolonização em Moçambique. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, vol.26, n.76, Jun. 2011. pp. 207-211. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n76/12.pdf>> Acesso em: 07 dez. 2017

GRAÇA, Pedro B. **A construção da nação em África: ambivalência cultural de Moçambique.** 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.

ISAACMAN, Allen F. Os países da bacia do Zambeze. In: **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Editado por J. F. Ade Ajayi. – Brasília: UNESCO, 2010. p.211-248

LÖWY, Michael, **o pensamento de Che Guevara**. 2ed. São Paulo: Expressão popular, 2012. 144 p.

MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol.24, n.70, p.17-35, Jun. 2009. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/gx6hs9>> Acesso em: 07 dez. 2017

MACAGNO, Lorenzo. Assimilacionismo In: FURTADO, Claudio Alves; SANSONE, Livio. Org. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014. p.31-45.

MACAMO, Elísio. **A nação moçambicana como comunidade de destino**. Lusotopie, 1996. p.355-364

MONDLANE, Eduardo. A estrutura social – mitos e fatos. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os Impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 309-332.

MUSSANHANE, Ana B. **Protagonistas Da Luta De Libertação Nacional**. Maputo: Marimbique. 2012. 798 p.

NGOENHA, Severino Elias. **Por uma dimensão moçambicana da consciência histórica**. Porto: Salesianas, 1992

PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da Identidade Nacional Moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v.21 n.40, Dossiê 6, 2014. p.131-161.

PHIRI, K. M; Kalinga, O. J; Bhila, H. H. K. (Orgs). A Zambézia do Norte: a região do Lago Malauí. In: **História geral da África, V: África do século xvi ao xviii**. Editado por Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO, 2010. p.719-754

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 – 1974). In: **HISTÓRIA**, São Paulo, vol.28, n.1, 2009, p. 445- 482. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/his/v28n1/16.pdf](http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/16.pdf)> Acesso em: 10 Set. 2017

PINHO, Osmundo. Descolonizando o feminismo em Moçambique. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.20, n.3, p.970-972, Dec. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n3/26.pdf>> Acesso em: 10 Set. 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PONCE, Aníbal. Humanismo Burguês Humanismo Proletário. In: TARRATS DEL REY, Rosa. **Historia de la Educación**, Salamanca, vol.20, oct. 2013, p. 580-585. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/0212-0267/article/view/11015/11404>> Acesso em: 10 Set. 2017

REZZAGHI, Mariana D. B. **A educação no período de transição socialista: A experiência chinesa da Revolução Cultural e as mudanças no ensino e nas relações de produção.** 2009. 121 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp – Campinas. SP.

SANTANA, Cristiane S. Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976). **História Social: revista dos pós-graduandos em História da Unicamp**, n. 17, p.116-131, 2009.

SUMICH, Jason. Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana. **Análise Social**, Lisboa, n.187, p.319-345. abr. 2008 Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0003-25732008000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732008000200006&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 07 dez. 2017

TORGAL, Luís Reis. As Comunidades Imaginadas. Reflexões metodológicas sobre o estudo dos Nacionalismos Africanos In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando T.; SOUSA, Julião S. **Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 227-237